



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 22**

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 10/02/2023

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Catarina Marques da Rocha Barreto, Gonçalo José Pereira Vieira, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Bruno José das Neves Ferreira, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Olegário Augusto da Costa Rocha, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os deputados, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, e Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltaram os Vereadores Rosa Maria Monteiro Venâncio e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Olegário Augusto da costa Rocha, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Isabel Alexandra da

Conceição Marques, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Jerónimo dos Santos Dias e Ana Cristina Valente Couras, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Gonçalo José Pereira Vieira, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, e Bruno José das Neves Ferreira.<sup>003</sup>

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 4 – Apreciação e votação da Hasta Pública de imóveis da Câmara Municipal de Aveiro;**

**Ponto 5 – Apreciação e votação da alteração ao mapa de pessoal e mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, aprovados para o ano de 2023;**

**Ponto 6 – Apreciação e votação das Propostas de Recomendação e da Moção apresentadas pelo BE:**

- a) . Promoção de arrendamento público a custos controlados;
- b) . Regular a hotelaria e alojamento local pela proteção das pessoas e o direito à habitação;
- c) . Pelo congelamento extraordinário das rendas sociais do município de Aveiro durante o ano de 2023;
- d) . Critérios preferenciais e do desempate, no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município;
- e) . Candidatura do município de Aveiro ao programa 1.º direito;
- f) . Que a renda mínima para as habitações do município em regime de arrendamento apoiado seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;
- g) . Moção – Pela ampliação da oferta habitacional do IHRU em Aveiro e pela garantia da sua contínua manutenção;

**Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PCP – Criação da tarifa social de água e saneamento em Aveiro;**

**Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PAN- Pela construção de parques de realojamento de matilhas.**

**Ponto 4 – Apreciação e votação da Hasta Pública de imóveis da Câmara Municipal de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/02/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>004</sup> para apresentação dos documentos em epígrafe.

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:005

*“Boa noite a todos e a todas. De forma objetiva e concreta temos uma operação que vale 5,7 milhões de euros de valor base. Integramos nesta operação 25 lotes de um velho loteamento na zona urbana envolvente à nova Igreja das Quintãs, sabendo que, dizendo tudo sempre com muito rigor como gosto, ganhámos consciência há muito pouco tempo que os votos eram da Câmara. É uma operação muito sui generis ou foi uma operação de loteamento muito sui generis, como eu diria, à boa maneira da Câmara de Aveiro de outros tempos como é evidente. A verdade é esta, ganhámos consciência há muito pouco tempo que os terrenos são da Câmara. Ganhando consciência, o que é que fazemos aos terrenos, vamos tentar vendê-los, porque eles têm loteamento aprovado. A função é habitação e, portanto, condicionado a moradias e, portanto, é operação que vamos desenvolver.*

*Encontrámos também nesta pesquisa ainda inacabada do património da Câmara dois terrenos cujo somatório dá 4.600 metros quadrados, na zona industrial de Mamodeiro. Terrenos que tiveram um uso importante. Eram uma captação de água e um pequeno depósito que esteve em produção, agora já não está em produção há mais de 10 anos, mas que, entretanto, perdeu o interesse e o valor nessa função. Está ali no meio de uma zona de uma área industrial. Ali, enfim, quem conhece a zona nas traseiras da Sanindusa.*

*Outra das operações que aqui está é um terreno que não tem capacidade construtiva sozinho. Quem comprar este terreno tem que comprar o terreno contíguo, onde está uma velha, casa amarela ali na zona da rotunda das glicínias como lhe chamamos, é terreno com capacidade construtiva, mas, repito, este terreno sozinho não tem capacidade construtiva, tem sempre que se agregar ao do vizinho, que ele próprio sozinho também não tem capacidade construtiva. É um terreno importante para uma operação de captação da tipologia que aquela zona tem.*

*Mais uma casa. Temos mais uma casa no Bairro da Misericórdia, enfim, que se libertou por força da utilização da nossa antiga inquilina. É uma casa a precisar de obras profundas e hoje, enfim, já falámos aqui várias vezes, é um dos problemas que a Câmara tem é arranjar-mos empreiteiro para este tipo de obra. É uma pequena casa que precisa de obras em tudo. Canalização, eletricidade, revestimentos, pinturas, e empreiteiro para fazer isto não há. Podíamos ter um outro tipo de solução que era reabilitar primeiro e vender a seguir, mas não vale a pena. Nós andamos a correr atrás de empreiteiro para requalificar os 55 fogos inabitáveis que temos atualmente e não conseguimos. E, portanto, não vale a pena complicar mais, já é um problema que já é um problema muito complexo. Também um pequeno terreno que encontrámos, também, neste processo interação com os cidadãos naquela zona urbana envolvente à EB 2/3 do rio novo do príncipe em Cacia. É um pequeno terreno que dá para construir uma garagem. Aliás, essa é uma zona de baterias de garagens e, portanto, é essa a função. É o terreno mais pequenino e de menor valor que hasta pública tem.*

*Também um apartamento T3 na urbanização da Quinta do Canha, que estava cativo há muitos anos de uma permuta com um terreno em Aradas e, portanto, tomámos uma decisão diferente, também por mudança da vida da pessoa proprietária do tal terreno. Portanto em vez de permutar os bens. Nós vamos pôr este à venda e vamos comprar o tal outro terreno que precisamos dele para cumprir funções importantes ligadas à ampliação de equipamento.*

*O terreno na Avenida Vasco Branco é fácil vocês perceberem qual é. Aquilo esteve a servir de parque de estacionamento ao lado do terminal rodoviário, em frente onde esteve o centro de vacinação Covid. Foi um terreno que nós limpámos e pavimentámos e esteve a servir de estacionamento.*

*Esse exato terreno tem uma capacidade construtiva de, enfim, idêntica àquela da frente da estrada, edifícios com 6 pisos para habitação, comércio, serviços.*

*Também um terreno, enfim, chamamos muitos nomes, que é o terreno que está à frente do edifício da antiga reitoria, no lado nascente do Seminário. Há muito tempo ocupado também pelo autocarro bar que é um momento de um episódio famoso da nossa cidade e, portanto, a opção foi vender o terreno. Neste caso o terreno tem uma obrigação de capacidade construtiva e de função. A entidade que comprar o terreno se obrigará a que o edifício venha a ter três funções. Vai ter uma unidade principal para residência de estudantes. Vai ter uma unidade acessória de uma pequena área comercial com cerca de 600 metros quadrados. E vai ter um parque de estacionamento de uso público que vai evoluir em 2 pisos, o piso superficial e um piso em cave -1.*

*Portanto é das operações que vão a hasta pública, aquela que tem um condicionamento de função definido com o pormenor, enfim, mínimo. Áreas de implantação, cercas e funções porque obviamente depois, o edifício será alvo de um processo normal de licenciamento como qualquer outro. Tem que aprovar os projetos, enfim, é um procedimento normal. Portanto é nossa profunda convicção que não será a última hasta pública do mandato. Em princípio faremos mais uma, mas ainda não damos como seguro, porque há várias questões em relação a outros imóveis que a Câmara tem. Obviamente nesta lógica definida claramente de que a receita que provirá, vamos ver o que é que acontece na hasta pública, será para financiar o investimento municipal.*

*E, como sabemos, aprovámos na Assembleia Municipal, vai para a rubrica das componentes não definida que o plano de investimento tem, no quadro das nossas Grandes Opções do Plano.*

*Portanto são estas as notas que quero apresentar, estando obviamente ao dispor para o debate e responder às questões que entendam por bem colocar. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento [006](#)

*“Senhor Presidente, gostava que a Mesa informasse sobre a metodologia na discussão deste ponto. Dado que dos trinta e dois itens que estão na listagem, trinta não são da competência da Assembleia Municipal.*

*Apenas dois, como está referido na proposta, são da competência da Assembleia. Apenas aqueles em que têm um valor base superior a mil vezes o indexante social, 760 mil euros, apenas esses são competência da Assembleia Municipal. Exclusivamente esses. Portanto, como é que vai ser a votação, como é que vai ser a discussão, porque tal como o PCP não gosta que se imiscuem nas competências da Assembleia, também não nos queremos imiscuir nas competências da Câmara.*

*A alienação de imóveis até mil indexantes são da responsabilidade da Câmara e não da Assembleia.”*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

*“Senhor Presidente obviamente é uma questão pertinente em termos formais, mas absolutamente desprezível em termos políticos, como é evidente.*

*O nosso entendimento é um entendimento muito prático. Vou justificar porque não há nenhuma ilegalidade nem nenhuma irregularidade em trazer a matéria como está. Nenhuma. Em absolutíssimo rigor este processo devia ter dois processos de decisão. Uma que era parte da Câmara e outra que é parte só da Assembleia. Entendemos que, como queremos sujeitar esta matéria à mesma hasta pública o processo de publicitação para ter*

*o máximo de candidatos a compradores, que ela é trabalhada toda como única operação, que não vinha mal nenhum ao mundo nós trazermos a operação completa à Assembleia Municipal.*

*Portanto Salavessa foi este o critério. Era fácil demais, uma parte ficava na decisão da Câmara, a outra vinha à Assembleia, mas tinha de ir também à Câmara. Ficava um bocadinho esdruxula a coisa e o Salavessa vinha na mesma colocar a questão, não devem vocês fazer duas hastas públicas. Era pertinente.*

*Portanto, conhecida a questão que colocou, a decisão foi esta – trabalhamos isto como um processo. Tem cá matéria que tem de ter a decisão da Assembleia e tem cá matéria que não tem que ter, mas vamos tratar no conjunto e não há nenhuma lei ferida pelo facto de a Assembleia deliberar tudo, sabendo que o tudo vale 5.7 milhões e quer há uma parte do conjunto dos imóveis que referenciou que têm que ter a decisão da Assembleia e tem outro que não tem que ter. Nós entendemos que no quadro da tramitação o processo é um único processo formal de hasta pública e obviamente de toda a publicitação que a Câmara vai fazer. Esta é a explicação Senhor Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Portanto a Câmara mantém a proposta, nos vamos apreciar a discutir e vamos prosseguir o debate. Podemos considerar aqui talvez um excesso de informação, antes a mais que a menos. A Câmara entendeu informar a Assembleia de todos os lotes. A aprovação a verificar-se nesta Assembleia terá os efeitos, penso eu, jurídicos sobre aqueles lotes em que se impunha uma decisão da parte da Assembleia. Não vejo também em relação a isso dificuldades.”*

Presidente da Câmara:[008](#)

*“Para clarificar. Nós trazemos uma única proposta à Assembleia Municipal. Nós não trazemos mais nada, trazemos uma proposta à Assembleia Municipal.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

*“Desde já manifesto, e peço que toda esta intervenção fique registado em ata, como voto de vencido, que será aquilo que será no fim. Isto não é um Tribunal é uma Assembleia política. Mas da leitura da Lei das competências da Assembleia e dos Órgãos Autárquicos, que vossas excelências decidiram retirar do Regimento, para que não ficasse claro para cada um de nós na consulta do Regimento quais são as competências da Assembleia Municipal, agora temos sempre que ir à lei ver como é que é, como é que não é. Bem, aquilo que é competência da Assembleia Municipal é autorizar a venda, não é de fazer hasta pública! É a alienação do imóvel. Portanto, uma coisa hasta pública, que é um processo de organização, mas a competência que está na alínea i, do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, Lei das autarquias locais em vigor, página 5695, é o seguinte: «autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar, ou onerar, bens imóveis de valor superior a 1000 vezes RMMG, ou seja 760.000 euros, e fixar as respetivas condições gerais...podendo determinar o recurso à hasta pública.»*

*Portanto a incidência é sobre o imóvel, cada um deles. Não é sobre hasta pública. Portanto já sabem que o voto contra, tem uma base jurídica, de um entendimento jurídico, que não pode ser esta trapalhada, desculpem-me a expressão, esta trapalhada que aqui está de pôr muita informação em cima da mesa. É exatamente muito informação. Quando o essencial que aqui está, para além de garagem em Cacia ou do terreno do furo e da*

*casa, o essencial que aqui está são duas operações. É o terreno da Avenida Vasco Branco e o terreno do estacionamento do hospital.*

*Portanto eu, sinceramente, entendo que no Orçamento esteja uma previsão de 2 milhões e duzentos mil. Claro que há 290 milhões de ativos fixos, tangíveis, que claro não são só terrenos tem de haver muita outra coisa. Claro que aquilo que está previsto junto da rotunda do Glicínias é a construção de um “palito de 9 andares” com 10x4 de área de implantação. Claro que há muita coisa que havia a dizer acerca de tudo isto. Mas não as digo porque esta não é a discussão da Assembleia. A Câmara é que sabe. Traz aqui de uma forma irregular tudo isto junto.*

*Quanto ao essencial. Avenida Vasco Branco. É necessário complementar aquela área, que além das operações de venda e de construção é preciso começar a pensar aquela área numa perspetiva urbana. Isto é: o parque infantil, a decoração, os passeios, tudo isso que está fazendo falta naquela área. Não é só vender é preciso avançar com esse trabalho urbano que não se limite junto à estação, ok.*

*Segundo, a solução para o terreno de estacionamento junto do hospital. Já sabemos porque já o disse, não concordamos com a solução que aponte para a responsabilidade privada aquilo que é uma responsabilidade pública, a construção de residências para estudantes.*

*É uma operação imobiliária que dará grande rendimento, pode resolver uma questão de diminuir o fluxo de trânsito para o centro, mas no fundo é uma grande operação imobiliária privada.*

*Gostámos muito quando nos fazem coisas de interesse público, com várias edificações, nesse tipo de interesse. Para esta primeira volta está dito.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

*“Boa noite senhores presidentes da Assembleia da Câmara Municipal. Senhores vereadores, deputados municipais e restante público presente. A nós causou-nos alguma surpresa o senhor presidente da câmara chegar aqui e dizer que, olha, afinal, descobrimos que recentemente temos mais 25 lotes que pertenciam à Câmara.*

*Se o Senhor Presidente da Câmara estivesse na autarquia há um ano ou dois, até se desculpava. Agora 10 anos parece-nos assim estranho. Gostaríamos que pudesse depois desvendar um bocadinho mais da história, porque eu e certamente muitos aveirenses lá em casa, gostariam de perceber um bocadinho melhor os motivos que estão por trás disso.*

*A outra questão que colocamos é porque é que a Câmara faz hasta pública, se propõe vender tantos imóveis ao mesmo tempo? Será uma questão de necessidades financeiras!? Pelo menos é o que parece. Sejam quais forem os motivos é óbvio que uma hasta pública com tantos imóveis dificulta o escrutínio por parte dos partidos da oposição. Nós gostaríamos de analisar os lotes detalhadamente e assim o trabalho fica obviamente mais dificultado.*

*Assumindo que a Câmara consegue vender todos os imóveis, a Câmara irá arrecadar uma receita mínima à volta de 5,7 milhões de euros, que é o somatório de todas as bases mínimas de licitação, assumindo que alguns ou todos imóveis serão vendidos acima do preço base de licitação, poderemos estar aqui a falar encaixes financeiros até poderão chegar a 10 milhões de euros. Portanto este encaixe financeiro corresponde, por exemplo, aproximadamente encaixe financeiro que a Câmara Municipal tem ao longo de 2 anos, pelo facto de manter a taxa de IMI no valor de 0,40% em vez do valor mínimo permitido por lei de 0.30%.*

*Portanto, nós esperamos que, ao menos este encaixe financeiro realizado com esta venda de património sirva pelo menos para aliviar de alguma maneira pressão de impostos sobre os aveirenses. Tenho dito. Muito obrigado.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Aproveitar para na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos assistem. Relativamente aos imóveis de habitação, reconhecer que de facto este processo é um excelente negócio para a Câmara Municipal que aproveita os preços do mercado imobiliário para fazer “mais algum”, quando as contas da Câmara vão bem.*

*Podem dizer que são os valores que o mercado dita! Mas ainda assim, não podemos dizer que concordamos com eles.*

*Quanto ao espaço do estacionamento junto ao Hospital, reconhecemos o esforço da Câmara no caderno de encargos de modo a diversificar e aumentar o número de camas para os estudantes. No entanto temos várias reservas. Saber do impacto a longo prazo nos dos solos, pela opção da construção em cave.*

*Segundo o impacto na mobilidade da Cidade, dado ser o maior parque de estacionamento de longa duração e durante o período de intervenção não existirem outras opções viáveis. Isto ainda aliado ao facto de parte da oferta da própria universidade estar já condicionada devido à construção da nave desportiva. Por estes motivos iremos votar contra.”*

Vogal Ivo Angélico (BE)[013](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[014](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

*“Boa noite a todos. O PS é contra a alienação dos 25 lotes postos à venda pois deveriam ser aplicados na estratégia municipal de habitação em desenvolvimento pelo município.*

*Seria mais vantajoso disponibilizar alguns dos lotes para habitação social dado que há uma procura enorme dessas habitações, com pessoas em listas de espera há anos.*

*Por exemplo o lote 27, dada a sua localização, deveria ser utilizado como corredor verde, para ligar a Quinta do Canha à Urbanização do Glicínias. Aliás, esse lote, como o senhor Presidente à bocado disse, servirá para construção, mas só o será se for anexado ao confinante o que coloca em causa esta venda.*

*Quanto ao lote 32, junto do hospital, as razões que apresentam não nos parecem coriáis nem tão pouco justificativas. Quando se pensa em aumentar o hospital, parece-nos que devia ficar reservado ou até ser a própria universidade a aproveitar aquele espaço.*

*Assim dadas as razões apresentadas e os pressupostos da proposta, o PS irá votar contra.”*

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)[016](#)

Vogal Pires da Rosa (PS)[017](#)

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)[018](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

*“Boa noite a todos e aos estão a assistir. Sobre esta proposta, um bocadinho antes desta proposta, a representante do Partido Socialista falou na habitação nos 25 lotes para habitação. O que eu gostava de saber é o que o PS pensa da habitação? Porque esta coisa de dizer que têm estratégia local de habitação é fácil. Na habitação, no Governo*

*Socialista, qual é a estratégia? Ela é boa, ela é má, afinal qual é? Porque senhora deputada, em poucos meses, o Ministro da habitação disse em Setembro “toda a gente tem direito a viver nas zonas mais caras de Lisboa”. Em Janeiro disse não é possível ter uma política de habitação de um dia para o outro. Mas, ainda em Janeiro, disse “temos receio que tabelar rendas retire casas do mercado”. Mas já depois disso, em Fevereiro, disse “temos que garantir habitação compatível com rendimentos”.*

*É esta a linha de estratégia de habitação do Partido Socialista? É conforme o dia e a hora? Gostávamos de ficar esclarecidos.*

*Sobre este ponto. Estamos aqui, portanto, para aprovação de uma hasta pública de imóveis, alguns sem interesse municipal ou pelo menos sem atividade municipal.*

*Todos terão, aos locais requalificação, a sua hasta pública, e propiciam encaixe para financiamento de obras públicas, obras municipais, que beneficiarão a qualidade de vida de Aveiro e dos aveirenses.*

*O que o PSD pede ao executivo é que cumpra o programa da Aliança com Aveiro. Que cumpra Orçamentos, que diminua a dívida, as contas correntes que estejam certas e que faça investimento. Muito investimento, para bem de Aveiro, dos aveirenses.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[020](#)

*“O senhor deputado Prior, estamos na Assembleia Municipal a debater o problema de uma hasta pública que necessariamente está ligada a estratégia municipal de habitação. Isso era aquilo que nós gostávamos de saber. Qual a estratégia municipal de habitação para o nosso município. Portanto, aquilo que a Ministra diz e que faz tanta confusão, faz a nós confusão a nossa cidade não ter também um projeto para uma estratégia para habitação. Agora, a Senhora Ministra fala dentro dos princípios gerais que entende que deve falar. E como o senhor sabe aqui não é a Assembleia da República, nem o Partido Socialista lhe está aqui responder não como deputados da nação, mas antes como deputados municipais.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[022](#)

*“Nessa coisa bonita de fazer habitação. Eu volto a repetir. Ministra do seu Governo, a Ministra do Partido Socialista, aquela pessoa que no nosso país, e que uns gostam mais outros gostam menos, não qualifiquei, mas que traça as linhas de habitação, diz claramente temos de garantir a isto e a última foi de Fevereiro de 2013. Muito agora deste” temos de garantir habitação compatível com rendimentos”. E a senhora bem falar em habitação social!”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[024](#)

*“António Salavessa, dar conta que não é um palito. Eu sei que considera que é matéria que não devia cá estar na Assembleia, mas não é um palito o que se pode construir no terreno da rotunda do Glicínias. É um edifício que pode ser de várias funções, habitação, comércio e serviços. É um edifício, não é um palito, só para deixar claro o seu equívoco de linguagem.*

*Há uma questão que é importante vocês terem boa nota. Vocês devem conhecer as coisas que a câmara faz! O estudo urbanístico da zona nascente da estação, está aprovado formalmente, publicadíssimo e em execução física desde Dezembro de 2019. Está a resposta onde é que está o parque, o espaço verde, está lá tudo. Até tem alguma piada, porque um professor aí da Universidade que pertence ao Partido Socialista, anda sempre a fazer fretes ao PS, fez uma aula, uma coisa pública, a mostrar uma ideia que teve, uma epifania lá dele e dos seus alunos, e qual foi a grande ideia? É o nosso projeto que está*



*ali. Aliás, até no outro, na envolvente ao Pavilhão do Galitos, outra Epifania. Está aprovado por na mesma reunião de Câmara, entrou em vigor no mesmo dia.*

*Portanto é preciso conhecer as coisas. Por que é que aqueles prédios estão a nascer assim? O que é que vai acontecer no meio deles? Está escrito e é público e é lei desde Dezembro de 2019. São os chamados edifícios objeto que se implantam no meio de um parque verde. É isto que está em construção ali. É evidente que quem não estuda e só anda aqui para tentar arranjar críticas, enfim, obviamente que nem é mau não perceber o que está lá acontecer. O que é mau é não querer saber o que é que lá está a acontecer.*

*De facto, é uma zona em grande expansão. Aliás com uma velocidade bem maior daquilo que eu expetava e é minha profunda convicção que até final do próximo ano, além de se perceberem os prédios, vai-se perceber o parque verde porque tem que ser feito assim, primeiros os prédios e depois o parque verde. Coitado parque verde se nós o construíssemos antes dos prédios.*

*Olhe pode consultar o estudo urbanístico a nascente da estação e pode verificar com o desenho aquilo que estou a acabar de referenciar.*

*Em relação à operação privada, enfim, são essas reservas ideológicas, escuso-me de estar a repetir.*

*Gabriel Bernardo. Saiba que eu não tenho pruridos com o Chega. Há gente no meu partido que tem pruridos com o Chega eu para mim o Chega em termos políticos é bater-lhe o mais possível. E ter a qualidade política no discurso de oposição, para sermos no PSD mais fortes que o Chega. Esta é a minha tática. De resto, respeitabilidade democrática total e ao seu dispor para aquilo que o senhor quiser. Se os documentos que vieram para a Assembleia não lhe permitem sozinho chegar aos sítios para os ver, tem o telefone, tem o telefone da minha secretária, disponha que eu faço-lhe uma visita guiada. Não tenho problema nenhum de sair num jornal mais reacionário anti chega, dizer: presidente da Câmara apanhado a fazer uma visita guiada ao reacionário do Gabriel Bernardo. V.Exa é um eleito, tão eleito como nós todos. Portanto se tiver alguma dificuldade em saber onde é as Quintãs, onde é a rotunda do Glicínias, seja o que for, disponha. Estou ao seu dispor como de qualquer membro da Assembleia Municipal. Não tenho urticária Chegueira, tá a ver. Lido com o Chega como lido com os partidos do espectro da democracia portuguesa. V.Exa andou por aí a ver coisas da noite e não se perdeu, tá a ver. E não precisou de guia. É pá, mas nos prédios não deu. É melhor chegar aqui e dizer, ó presidente são tantos os imóveis que a gente não teve hipótese.*

*V. Exa numa volta de 2 horas, a andar dentro dos limites de velocidade, dá a volta a estas zonas todas para conhecer isto tudo.*

*Porquê tantos imóveis ao mesmo tempo? Por uma questão de gestão de uma hasta pública. Eu aconselho-vos em virem assistir a uma hasta pública. É um ato administrativo muito pesado. Aliás, há muitos investidores que se recusam a ir a uma hasta pública, porque é um ato administrativo muito pesado. E, portanto, aí de nós andássemos aqui a fazer hastas públicas de 3 em 3 meses. E, portanto, é bom para a gestão do procedimento, para atrair compradores e para a gestão do momento, sinceramente vão à hasta pública toda. Porque aquilo vai ser um uma seca (se tivermos comprador ou compradores, porque se não acaba rápido) para perceberem o que é uma hasta pública. Nós fomos juntando este grupo e, portanto, temos um grupo e vamos trabalhá-lo em termos de publicidade, nós temos, queremos e vamos publicitar alguns destes imóveis. Alguns destes imóveis vão ter operações dirigidas a certo tipo de potenciais compradores, mas tem a ver com o processo, ter a concentração de atenção, de discussão política e de marketing para nós cumprimos o objetivo. O objetivo está claro é vender estes imóveis. Se conseguirmos todos muito bem, se não conseguirmos nenhum e a vida, vamos refletir e pensar o que é que vamos fazer a seguir. Como aconteceu além do mais já em operações anteriores.*

*O Pedro falou em valores. Aqui não há conversa. Há um relatório técnico feito por um avaliador credenciado e acabou a conversa. Aqui nós não fomos perguntar a nenhuma imobiliária. Nós temos um avaliador na Câmara, faz a avaliação, discutimos às vezes alguma questão, mas pronto é uma interação normal. E acompanha o relatório técnico. Se V. Exa é avaliador e discordar faz favor de ajudar porque uma ajuda é sempre bem-recebida da nossa parte.*

*Depois. Ó Ivo, garantir que Aveiro não está em liquidação geral. Não está de todo. vender património é uma operação de gestão tão normal como qualquer outra. É uma coisa normal. Que é que nós fazemos o património? Ah, espera aí, nestes terrenos era importante construir um equipamento público ou vai passar uma estrada, ou seja o que for. Bom, então não. Nós não temos nenhum objetivo de natureza pública para estes terrenos, portanto faz sentido alienar para que alguém no setor privado faça, portanto, isto é uma coisa normal. Não há liquidação nenhuma. Liquidado está cada vez mais o Bloco de Esquerda em termos políticos. Especialmente aquela liquidação absoluta que vocês têm, que é que vocês não sabem o que é governar. Vocês não têm um município para nos dizer como é que vocês fariam melhor e nós seguirmos o modelo bloquista.*

*Agradeço ao Jorge Greno esta questão que é as residências universitária. Nós temos de cuidar do que está a acontecer. Nós somos todos cidadãos e muito poderosos, mas nós não condicionamos o mercado nem o país nem a Europa. Nós temos um problema. O mercado descobriu que as residências universitárias são uma nova oportunidade de negócio. E nós precisamos. Alguém falava de alojamento local há 10 anos? ninguém falava. Alguém obrigou os privados donos de imóveis a pô-los no alojamento local? Não. As dinâmicas do mercado essas sim. E aqui é a mesma coisa. O Jorge lembrou de quem é a responsabilidade de fazer as residências. Mas o Estado demitiu-se de as fazer há muitos anos. As Universidades não as fazem porque não têm recursos financeiros. E vamos ver agora com o PRR quantas vão ser feitas. Lembra-se daquela operação que a Câmara recusou integrar no governo anterior, que era pegar nuns imóveis, pô-los num fundo e fazer residências? Quantas foram feitas? Eu conheço no país uma em Lisboa. Zero. Fracasso total e absoluto. Aliás a casa aqui em Aveiro onde estava para ser feito, que nós recusamos, porque imaginem queriam 400 mil euros pela casa, que era onde esteve a Direção Geral das Florestas, está ali uma bela residências de estudantes como vocês veem.*

*Infelizmente a operação que está montada pelo PRR não vai resultar. Vai ser um meridiano fracasso. Onde é que está a oportunidade? Está no mercado privado. Aí é que está a oportunidade. E nós já estamos atrasados, porque Lisboa já tem, o Porto já tem, Braga já tem, Covilhã já tem. Nós em Aveiro ainda não temos. Temos uma que licenciámos, mas que tem uma providência cautelar com efeito suspensivo e não pode avançado a obra.*

*Portanto é muito importante esta decisão que tomamos hoje. A Câmara propicia ao mercado uma oportunidade para a construção de uma residência de estudantes. Arredondando o número dará para cerca de 200 camas.*

*Isto é o que a Câmara está a fazer. Está a ajudar um problema que a cidade tem e que se não tomarmos medidas é um problema grave, porque vai ser cada vez mais difícil ser estudante em Aveiro. Aliás aquela malta da esquerda que sempre se preocupa com as pessoas que têm menos rendimentos, enfim, eu mostro os e-mails de pais a dizer, senhor Presidente (a porem-me a culpa a mim). Senhor Presidente o meu filho não pode ficar em Aveiro porque não arranjou casa a um preço que eu possa aguentar. Tenho emails de pais que me escreveram. Mas vocês como acham que o mundo é todo cor de rosa, acham que os governantes estalam os dedos e começa a aparecer residências.*

*Nós somos realistas. A Câmara Municipal de Aveiro pela primeira vez na sua história, está a tomar uma decisão de usar património seu para aumentar a oferta a estudantes universitários, obviamente que vêm trabalhar, estudar para a nossa universidade. Isto é um marco histórico e um ato político da maior importância. Esperemos ter comprador para termos o investimento, como é evidente.*

*A história dos lotes em Quintãs é uma história muito rocambolesca. Eu ainda há dias tive uma frase que eu preferia tê-la dito de uma forma um bocadinho mais cuidada para não levantar os fantasmas de há 17 anos. É preciso ter calma porque não vale a pena. Só sumariando. Aquilo foi um loteamento feito à moda. Aquela Divisão que existia na Câmara chamada de Divisão de política de solos e gestão urbanística era um bunker dentro da Câmara. Ninguém sabia o que se passava dentro.*

*É montado um loteamento privado, com um negócio estranhíssimo, em que a Câmara faz as infraestruturas e recebe em troca terrenos quando devia ser pago em dinheiro. Olhem uma salgalhada. Para mim, eu fui à inauguração da igreja das Quintãs, que já deve ter feito uns vinte aninhos. Eu era Presidente da Câmara de Ílhavo, as Quintãs é um aglomerado urbano partilhado pelos dois municípios e eu fui à inauguração. E estava lá aquele loteamento em desenvolvimento. É o quê, um loteamento privado normal, siga. Nunca ninguém chateou para limpar os terrenos. E temos toda a humildade em o dizer, soubemos disto há pouco tempo.*

*Depois quem quiser estudar o dossier do loteamento, quer dizer não é lá grande coisa, mas o que temos e está ao dispor para vocês consultarem. Se conseguirem perceber bem aquilo eu agradeço a explicação, porque nunca percebi. E há coisas desta Câmara no passado que é melhor não perceber e há coisas que é preciso arrumar mesmo sem a perceção plena da condicionantes pelas quais elas aconteceram.*

*A Ana Maria Seiça Neves acha que o espaço público e que era bem. Nós achamos que não. Estamos em cima de uma via de muito tráfego. Do outro lado já há um espaço verde, aquele gaveto vai fazer o enquadramento urbano com o gaveto inverso, está do lado nascente da rotunda do Glicínias, portanto, achamos que que essa seria uma opção errada. A senhora Dr.<sup>a</sup> acha que devia ser um espaço verde, com certeza respeitável, mas nós não concordamos.*

*Agradecer ao Presidente Firmino a ajuda que deu para a perceção total disto e dizer-vos uma coisa em relação a esta questão da estratégia local de habitação. Porque é que a nossa não está pronta? Porque a empresa que nós contratámos, que é uma empresa excelente de gente boa, fez aquilo que é normal. Pegou na chapola que anda por aí e Câmara de Aveiro toma lá a chapola. Nós dissemos, desculpem lá, isto é para rasgar e fazermos a nossa estratégia municipal de habitação. Isto não pode ser a estratégia do Governo replicado em cada município! Porque aqui, quem faz estratégia e a Câmara Municipal de Aveiro.*

*Queremos ter a estratégia também para cumprir os preceitos do acesso ao 1.º direito, etc. Sim. Mas não é para isso que a gente a fazer a estratégia. É por isso que lerão e ela virá aqui à assembleia municipal, a nossa estratégia não tem comparação, não tem semelhança nenhuma com as outras várias porque já há muitas aprovados.*

*Vejam, há dias, a Senhora Ministra da Habitação mandou-me um SMS com a seguinte pergunta, logo poucos dias depois de tomar posse. Pessoa que estimo e considero e espero que tenha felicidade no exercício, porque é uma pessoa competente. Perguntava a Senhora Ministra “Bom dia Presidente, estava a fazer um ponto de situação das estratégias locais de habitação e queria ver se conseguimos assinar o acordo de colaboração com o município de Aveiro ainda no primeiro trimestre. Quando é que leva aos órgãos municipais? Obrigada, conte comigo. Marina Gonçalves.”*

*Resposta minha imediata, foi a seguinte “Viva. Bom dia e Bom Ano. (isto foi no 11 de janeiro) desejo-lhe bom trabalho na sua nova função incluindo uma ajuda mais forte no Conselho de Ministros e no dia-a-dia para que o Governo seja muito melhor. Portugal precisa e merece. Temos a estratégia local de habitação em desenvolvimento e devemos ter tudo terminado em Abril de 2023. E depois falamos sobre essa possível assinatura. Mas por favor, resolva antes os dois graves problemas dos 2 bairros do IRHU em Aveiro, o Griné e o Caião. Obras, qualificação física e social: é mesmo muito urgente. beijo, Ribau Esteves”. O SMS não teve resposta!*

*Nós não estamos aqui para fazer discursatas da habitação. Nós estamos a fazer um trabalho para aumentar a quantidade e a qualidade de habitação. E para os inquilinos do IHRU passarem a ter uma vida digna, no que respeita à sua habitação, porque o não tem. Deixem-se de conversa. Trabalhem. Resolvam os gravíssimos problemas que o IRHU tem. Boas notícias. Finalmente o júri do concurso de ideias para o estudo urbanístico da ocupação do terreno da Luzostela que vai ter uma operação (esperemos que consigam dinheiro a tempo no PRR) de habitação a custos controlados de cerca de 140 fogos, esta semana o júri reuniu e aprovou a sua decisão e abriu a identificação das propostas. Portanto dar nota pública de que o júri já reuniu, já assinou a ata. Está a fazer a classificação dos vencedores e dos derrotados, ganhou uma empresa que não conhecemos, não é de Aveiro, os gabinetes de Aveiro ficaram de 5.º para baixo, mas pronto deixar esta nota de que a escolha da ideia que agora vai ter de momento de estudo e mais à frente de projeto, está feito. O júri assinou esta semana o seu relatório. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

*“Senhores deputados, recorrentemente se fala do mercado. Em síntese ou o aceitamos na sua plenitude ou tentamos intervir junto do mercado para também alterar algumas das normas. Como o Senhor Presidente disse aqui na última sessão, o mercado estabelece o valor da habitação pelo preço mais alto de quem compra.*

*Portanto indo por esse caminho nunca mais paramos. Deve ter que haver alguma intervenção dos poderes central e local no sentido de contrariar esta coisa.*

*E já que falamos do mercado, qual é a norma que restringe que uma percentagem do rendimento garantido para os quartos dessa habitação que vai ser para estudantes ou que vai ser criada? Perguntar se entendem que isso deve ser a preço livre mandando o mercado aquilo que mandar.*

*Por último. Houve muitas intervenções, mas o essencial e fulcral da minha intervenção não foi posta verdadeiramente em causa pelos membros da Assembleia. Ninguém deu ou tem opinião sobre isso. Espantoso! As alienações só são autorizadas, neste caso, imóvel a imóvel, ou não são autorizadas imóvel a imóvel, não permitindo o exercício de voto diferenciado para imóveis diferentes. Nada na lei fala em autorizar hasta, fala em autorizar a alienação de imóveis, podendo recorrer a hasta. Tenho dito.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

*“Bem pegando aqui nesta última parte, dizer ao António Salavessa que penso um bocadinho diferente que é a Câmara decidiu apresenta os imóveis que entendeu para submeter a autorização da Assembleia Municipal. O Eng. Ribau põe-se a jeito, se nós votarmos contra a garagem de Cacia, e depois vai para trás e terá que deliberar depois só ele na Câmara. E essa é a minha interpretação da coisa.*

*Coisa diferente, coisa diversa, é secundar opinião do Salavessa em relação à subversão da discussão que estamos aqui a ter, que é uma coisa diferente.*

*Mas para isso, PCP, salvo devido respeito, devia apresentar uma proposta junto da Mesa para fazer a votação ponto a ponto ou lote a lote. Porque a proposta vem em bloco, o Senhor Presidente da Câmara diz que a proposta vem em bloco, a Mesa entendeu recebê-la em bloco, mas a assembleia é soberana. Das duas uma, ou votar contra esta proposta e dizer Senhor Presidente proponha lá ponto a ponto ou votar mesmo ponto.*

*O problema é que o Senhor Presidente da Câmara tem aqui uma maioria confortável que o suporta não é. Que o suporta. É da vida.*

*Hoje o deputado Manuel Prior deve estar chateado, veio aqui fazer um grande numero contra a Ministra e o Senhor Presidente já nos fez o favor de reconhecer que a Ministra é nova e que, vou citar “é nova e competente”. E, portanto, eu só espero, ó Manuel Prior não fique chateado, não fique chateado com o eng.º Ribau Esteves, que eu sei que Vossa Excelência o tem em grande estima e, portanto, não altere o seu sentido de voto só por causa desta pequena quezília ou desilusão que teve, porque o senhor presidente da Câmara não secundou a sua douta opinião sobre a Ministra da habitação.*

*Depois dizer em relação aos lotes propriamente. É evidente que nós temos aqui, o Senhor Presidente falou aqui no total 5,7 milhões de euros. Retirando os 2 lotes gordos, digamos assim, fica 1,3 milhões. O que o PS diz em relação à questão de São Jacinto tem a ver com a sua velha questão. É que o PS anda a insistir politicamente há muito tempo para a implementação de uma estratégia local de habitação, o PS não ficaria nada surpreendido de que aqueles terrenos fizessem parte dessa mesma estratégia local de habitação. Nomeadamente para serem alienados, inclusive, até em hasta pública etc, etc.*

*Nós não estamos aqui a fazer coisas diversas. Nós estamos aqui a dizer é formas diferentes de fazer as coisas. 'Que é uma coisa diferente,*

*O Senhor Presidente tem a sua, é legítimo, fez a proposta e estamos aqui para a debater.*

*Eu tenho aqui alguns problemas, não sei se o meu partido levantou isto ou não, mas em relação ao terreno junto do hospital.*

*Eu acho que, das duas uma, ou tínhamos uma Câmara ambiciosa que usaria aquele terreno para sensibilizar ou para fazer uma obra dum desnivelar aquele cruzamento frente do hospital, permitindo na mesmas as residências para compensar um bocadinho esforço, era uma opção. Não foi essa a opção da autarquia. A minha pergunta é: quantos lugares de estacionamento é que existem lá e quantos é que vão passar a existir?*

*Porque eu acho que, se aquilo só tiveram um piso, que foi a ideia com que eu fiquei, eu acho que devia ter mais um ainda. Eu acho que devia ter mais um ainda. Porque a pressão que vai existir ali com o hospital e com a universidade, na minha opinião, devia justificar isso mesmo.*

*Mas há uma outra tónica que não é que me aborrece, mas que me distancia de Vossa Excelência. Vossa Excelência diz assim: e é só para explicar aqui ao Bloco que não deve ouvir a rádio terra nova, sobretudo quando fala o seu líder e interpretar tudo aquilo que o seu líder escreve sobre a interpretação do que dizem as pessoas, nomeadamente do vereador Rui Carneiro, que não disse nada disso que o senhor disse para aqui. Fica já aqui essa justiça. O PS não tem nenhuma perspectiva em relação a isto da alienação. Nós votámos realmente favoravelmente a alienação dos terrenos da Fonte Nova, porque somos um partido de governo, de governo local e Governo nacional também. E é evidente que o senhor presidente da Câmara tinha que, na altura, naquela altura, em concreto, fazer no processo de refinanciamento da autarquia, fazer a venda. E mais. O dinheiro todo desses lotes, tenho a certeza, tenho a certeza absoluta, foi gasto para a amortização da dívida. Aqui o Senhor Presidente já não diz isso! O Senhor Presidente diz que esta verba é uma verba para financiar o investimento municipal.*

*Eu como discordo bastante do investimento municipal que está a ser feito, a mim aborrece-me estar a vender terrenos para financiar obra do Rossio, por exemplo. Espero que seja solidário comigo em relação a isso. Vai-me dizer, a obra do Rossio já tem financiamento aprovado, está noutras contas. Pois está, mas esse dinheirinho que gastou ali fazia falta para aquele onde está a tentar ir buscar, para fazer um investimento, que eu se calhar até já aprovo percebe. É tudo uma questão de perspetiva. E esta é que deve ser a verdadeira questão. A discussão sobre as opções estratégicas e, nomeadamente, as opções estratégicas que este executivo entende onde gasta o dinheiro. Porque a discussão do PS nunca foi em relação, nomeadamente à necessidade de fazer o saneamento financeiro da autarquia. Como é evidente, como é evidente. Não estou a discutir a questão da dívida, não interessa nada disso, porque essa é outra questão e, portanto, no fundo, nesta perspetiva agora, senhor Presidente, eu digo-lhe a mim não me apetecia nada votar contra porque há questões que aqui fazem todo o sentido. Fazer a alienação de uma casa ainda tem no bairro da misericórdia não faz qualquer sentido a Câmara ficar com aquele imóvel. A garagem de Cacia, mas não é um terreno para garagem, não vi ainda, mas não é por causa destes 2.650€ porque eu penso que a câmara não estará assim tão aflita dinheiro.*

*Mas uma coisa é certa Senhor Presidente. O que resulta claro disto é a lógica do tudo ajuda. Ou seja, o Senhor Presidente diz que fez a recuperação financeira da autarquia e os números atestam isso. O Senhor Presidente tem uma conta de gerência, conta que transitou, foram 36 milhões de euros, se não estou em erro, que não tem rigorosamente a ver com isto, mas também, de alguma maneira representa alguma solidez financeira com que o município se encontra hoje, atualmente. E o que apresenta hoje é uma hasta pública em conjunto, dizendo que cuidado que ainda vem mais de venda dos terrenos, alguns que disse descobriu ainda há pouco, tempo no valor de 5,7 milhões de euros.*

*E isto para os aveirenses, Senhor Presidente, tem que compreender que não é assim tão fácil perceção. Fica sempre a ideia, então, mas não estávamos bem financeiramente! Essa é que é a tónica.*

*Coisa diversa é o Senhor Presidente apresentar aqui um terreno que, tem um valor óbvio e dizer assim, meus amigos em Aveiro, residências universitárias em termos de investimento público só existiram através da Universidade de Aveiro. Em termos de autarquia local é a primeira vez que vai pensar nesse tipo de investimento. Não é um investimento público propriamente dito, mas é vocacionar ou planejar um terreno para essa construção, também é uma necessidade que é, enfim, relativamente recente, 10 anos talvez. E destacamos este terreno porque entendemos que deve ser aqui. Mais. O Senhor Presidente falou em 600 metros quadrados de zona de comercial de apoio, se quer que lhe diga até acho pouco. Porque secundo aquilo que disse na outra sessão, que fazia falta ali uma série de soluções, porque olhando ali à volta do hospital não há nada. Para um estudante que viva ali, não tem um supermercado, não tem um café, e 600 metros quadrados até me parece relativamente pouco. E seguramente, haverá interesse económico para isso. Porque parecer-me-á que é negócio. E, portanto, são estas as dúvidas com que eu fiquei.*

*Senhor Presidente, tendo presente esta votação, sabendo que a Mesa nem sequer foi capaz de responder à interpelação feita pelo deputado do Partido Comunista Português, apenas se limitando a secundar o papel que lhes chega da Câmara Municipal, quando não é esse o seu dever.*

*O dever da Mesa é receber a documentação, perceber se ela enquadrável no que são as competências da Assembleia, eventualmente discutir ou não com o Senhor Presidente da Câmara, olhe, isto não pode ser, isto pode ser, ou isto está bem ou não está bem. Se é esse o entendimento da Mesa e eu até acredito que o seja, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia não foi capaz de nos dizer isso. Passou a palavra ao Senhor Presidente da*

*Câmara, que tomou defesa da proposta e fez as explicações que entendeu, mas não foi capaz de ela própria, Mesa, assumir que, a deliberação era tal qual a Câmara Municipal havia proposto e que não havia lugar a nenhuma discussão.”*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[028](#)

*“O senhor deputado Pires da Rosa, eu vou aqui assumir um papel que se calhar até vou ser excomungado na praça vermelha. O Senhor na sua intervenção “deu uma no cravo e outra na ferradura”. Mas eu não deixo de ficar espantado com algumas intervenções. O Senhor fala, repete-se, intervém bastante, mas para mim a situação da venda dos terrenos para o ponto de vista da política financeira da Câmara é totalmente pacífica!*

*Agora se são aqueles ou se não são aqueles, se é por este ou outro valor, isso é outra questão. Mas a venda é absolutamente pacífica.*

*Com o voto contra do PCP foi aprovado um Orçamento nesta Assembleia. este município tem um Plano e Orçamento. O financiamento dessas Opções, 3milhões e não sei quantos mil euros é venda de terrenos.*

*Portanto é o documento que está aprovado que prevê a venda. Se não forem estes quais é que são? Portanto para dar cumprimento ao Plano tem que vender. Portanto que terrenos é que pensa vender na vez dos que estão aqui elencados?”*

Vogal Pires da Rosa (PS)— Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[029](#)

*“O ilustre representante do Partido Comunista. Bem, eu concluo que o Partido Comunista Português está disponível para votar a favor, que é uma coisa... vamos aqui a assistir a um momento histórico.*

*Mas eu devo dizer o seguinte: A questão é que o valor que falou, que está inscrito no Orçamento é de 3 milhões e qualquer coisa de euros. E o conjunto que aqui está é de 5.7 milhões e o Senhor Presidente disse que ainda vende mais este ano. Ah, este mandato! Peço desculpa. Mas de qualquer maneira estes 5,7 milhões espera-se vão render, espera-se que a hasta seja proveitosa, mais do que este valor que está aqui inscrito.*

*E, portanto, eu diria, eu não sei qual o que tiro daqui, mas o Senhor Presidente quis apresentar este bloco. Portanto o Senhor Presidente quer, pelo menos, conseguir estes 5.7 milhões.”*

Presidente da Mesa:[030](#)

*“Bom, uma vez que o senhor deputado me brindou com um reparo, na sequência de outro, eu também queria dizer o seguinte. Senhores deputados, a Mesa é uma entidade que, obviamente, proveniente da maioria política que elegeu esta mesma Mesa, mas que procura funcionar (e é o seu dever) como árbitro na gestão dos trabalhos. E nesse sentido, conta, se calhar na sua ingenuidade, com a colaboração de todos os senhores deputados.*

*A ordem de trabalhos é, uma forma inicialmente provisória e finalmente definitiva, comunicada a todos os Senhores deputados. A Mesa não recebeu nenhum reparo de nenhum deputado quanto à ordem de trabalhos, nem houve, nem foram levantadas em devido tempo, questões técnico-jurídicas.*

*O senhor deputado sabe, senhor é de formação jurídica, nós não somos, nem temos que ser. E, portanto, se tinha legítimas dúvidas, legítimas dúvidas do ponto de vista processual, podia ter colocado em devido tempo, para que, cientes dessas dúvidas, nós pudéssemos pedir mais esclarecimentos à Câmara Municipal, teríamos que pedir o suporte jurídico apropriado, para finalmente, então, eventualmente, modificarmos um pouco a ordem de trabalhos, caso justificasse.*

*Portanto eu já disse isto aqui várias vezes. Por que é que deixam este tipo de reparos para fazer aqui em plenário, que depois não tem sentido nenhum, porque são situações em diferentes momentos, que não podem ser resolvidas a quente. A não ser que se queira apenas o show-off. Portanto, nós apelamos, nós a Mesa não é, apelamos a que realmente os senhores deputados colaborem todos, no bom desenvolvimento dos trabalhos e no devido tempo.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>031</sup>

*“Senhor Presidente muito obrigado. De forma sumária. Salavessa os preços que se vão praticar são como aqueles que se pratica em qualquer que quarto de estudante. É o preço que o mercado quiser. Se existir acordo e o diálogo está feito. O processo não passou ainda do dialogo entre a universidade e a empresa que vai explorar, pode contratualizar X camas para colocar ao serviço dos beneficiários de apoio social e poderem usar aquela cama que custa 100, mas que o aluno não tem 100 para pagar, só tem 30, e a universidade com o acordo a empresa paga 70. Todas essas operações são possíveis como é evidente. E, portanto, agora é assim que isto funciona.*

*O Pires da Rosa enganou-se porque não lotes nenhuns em São Jacinto, são nas Quintãs. Eu sei que o meu amigo não foi ver nada disto, mas sabe onde é as Quintãs. Os lotes são em Quintãs. Em São Jacinto temos problemas em loteamentos bem mais complicados. Eventualmente até terá que vir aqui, porque temos lá um loteamento que é um filme.*

*Fiquem com esta nota. Quando nós falamos de 1.º Direito. Estamos a falar de colocar no mercado habitação que tem valores baixo na construção e que vai ter valores de renda baixos, é preciso primeiro alguém investir. O investidor ou é o próprio Estado, a Câmara, o IRHU ou é o privado. Os privados não se metem nisso porque não há rentabilidade que justifique e o Estado atualmente não se mete nisso quando está em causa tipologia de moradia. Não há possibilidade nenhuma de fazer o exercício de moradias para habitação a custos controlados, quanto mais na logica de habitação do 1.º Direito com rendas sociais. Não há.*

*Temos o problema grave, qualquer dia, enfim, vamos ver se arranjam uma solução para o trazer à Assembleia. A Câmara, no tempo do Presidente Élio Maia, negociou com uma empresa dois terrenos e entregou à empresa os dois terrenos para pagar dívidas. Não havia dinheiro ou havia dinheiro para outras coisas e, portanto, a Câmara pagou com dois terrenos. E esse pagamento foi feito sob condição de naqueles terrenos se construir habitação a custos controlados.*

*Num caso de um terreno moradias, no outro habitação coletiva. E com o ónus de reversão por incumprimento em x anos. Lá vão os x anos há muito tempo. Legalmente a Câmara já devia ter assegurado a reversão. Eu entendo que eticamente não o posso fazer.*

*Porque aqueles terrenos foram para pagar uma dívida. Não é exatamente como aqui.*

*Aqui a regra está bem clara. Não estamos aqui a permutar terrenos ou pagar dívidas com terrenos. Aqui está dito que a empresa que ganhar, que se não cumprir os prazos que aqui estão o terreno reverte e têm direito a 50% por cento dinheiro e os outros 50% perdeu e o terreno reverte.*

*E, portanto, eticamente eu tenho a maior dificuldade em dizer à empresa, olhem, vamos fazer a reversão. Qual é o problema da empresa hoje? O Senhor Presidente não é possível hoje fazer habitação a custos controlados em moradias. Não é possível. E estamos a falar de uma das maiores empresas de construção civil no país.*

*E, portanto, estamos a trabalhar como vamos dar a volta ao assunto. O PDM para lá manda moradias, não há volta a dar. Como é que isto se faz como é que isto se resolve de forma legal e tecnicamente correta. A Câmara tem de ser uma Câmara cumpridora e não*



*andar aqui com esquemas dessa natureza de andar a pagar dívidas com terrenos. E, portanto, é preciso dar nota de que é preciso rentabilidade. É preciso capacidade financeira para fazer as coisas e não é agora por causa das vontades. Portanto, Pires da Rosa, fazer 1º direito, fazer habitação social, nestes lotes, não há viabilidade para isso. E se encontrar a nossa Ministra a inaugurar alguma operação dessa natureza diga-me, porque não quero ir lá à inauguração, mas quero ir lá uns dias antes ou uns dias depois para ver.*

*Depois, nós queremos desenvolver o nosso município para certos patamares de desenvolvimento. Nós não queremos desenvolver o nosso município para outros patamares. Aveiro, em percentagem de fogos de habitação social com renda social, em relação a fogos totais é dos municípios do país com maior rácio. Esta é a nossa verdade objetiva.*

*E, portanto, nós temos que saber bem para onde é que queremos conduzir esta operação de desenvolvimento. A nossa estratégia local de habitação está bem clara nos pressupostos que estamos, além do mais, a executar fisicamente.*

*Deixar claro que esta é uma opção muito clara. Nós temos lá, eu julgo que são 80 lugares à superfície, e agora vão ser 270. Portanto é esta mudança. E quanto à legalidade da proposta, enfim, só dar nota que a proposta está dentro da lei, tem toda a legalidade, A Assembleia, os terrenos com esses valores têm que vir cá. Não há norma legal que proíba a Assembleia deliberar em terrenos de menor valor que não têm que vir cá. Pelos motivos que já expus e não vou agora repetir.*

*Nós decidimos fazer assim não há nenhuma ilegalidade. Fiquem tranquilos, não há nenhuma ilegalidade na decisão que propomos à Assembleia. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>032</sup> Ponto 4 – Apreciação e votação da Hasta Pública de imóveis da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5), uma abstenção (CH1), e onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).**

Declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>032</sup>

*“O PCP votou contra a proposta do ponto numero quatro da ordem de trabalhos desta assembleia, porque a votação foi global para trinta e dois itens, impedindo a votação imóvel a imóvel, designadamente nos dois casos em que tal seria exigido (lotes 31 e 32), nos termos da alínea i, do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013.*

*Relembro à Mesa que compete verificar a conformidade com a Lei das propostas apresentadas independentemente de quem as apresenta. Requeiro que esta declaração de voto seja considerada como voto de vencido, nos termos do Código Procedimento Administrativo.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS):<sup>034</sup>

*“Senhor Presidente, para solicitar que a minha intervenção seja a declaração de voto do Partido Socialista.”*

## **Ponto 5 – Apreciação e votação da alteração ao mapa de pessoal e mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, aprovados para o ano de 2023.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 26/01/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>035</sup> para apresentação dos documentos em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>036</sup>

*“Senhor Presidente muito obrigado. De forma muito sumária, esta alteração ao mapa de pessoal basicamente é para acomodar as decisões que tomámos de contratar mais assistentes operacionais e assistentes técnicos para nossas escolas que estavam em défice e que, entretanto, está a ser já suprido. Aliás, tivemos já dois grupos de assistentes operacionais que entraram no dia 9 de Janeiro e de técnicos que entraram no dia 1 de Fevereiro, mas como entraram em 2023 tem que se adequar o mapa, porque tinha-se perspectivado que pudessem entrar em 2022.*

*E, portanto, essa é a razão também, porque outros ajustamentos fazem. Porque o nosso grande concurso está a terminar, mas há algumas das entradas que são feitas sobre o ano 2023 e não sobre 2022 e os lugares estavam previstos no mapa de 2022 e não em 2023 e temos que fazer esses ajustamentos.*

*Portanto são coisas muito simples, a filosofia das opções da gestão de recursos humanos estão mais que tomadas. No fundo é adequar o documento de gestão àquela que é a realidade das dinâmicas dos concursos que estamos a desenvolver. E a desenvolver, todos eles, a maior parte deles, em fase final, como acabei de referenciar. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH)<sup>038</sup>

Vogal Jorge Girão (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>039</sup>

*“Boa noite Senhores presidentes. Claramente isto é um ato de gestão, um ato de boa gestão, mantém o mesmo número de pessoas previsto no orçamento para 2023. Nem sequer sei porque é que estamos a perder muito tempo a falar disto! Peço desculpa, mas claramente votamos a favor.”*

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>040</sup>

*“Não é a primeira vez que vem a esta Assembleia estas alterações ao mapa de pessoal, até porque que, conforme aqui diz na proposta, ao contratar um maior número trabalhadores, nem sempre é uma coisa vantajosa para a Câmara (penso eu), mas com certeza é importante para quem recebe os empregos. Agora se é para termos serviços mais eficientes e uma melhor cidade, o Partido Socialista votará favoravelmente esta propostas.”*

Vogal Teresa Pires (PPD/PSD)<sup>041</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>042</sup>

*“Para o PSD este é um não assunto. De registar a forma como o executivo tem trabalhado dinamicamente este assunto dos assistentes operacionais nas escolas, onde o mapa é dinâmico devido ao rácio e às necessidades crescentes.”*

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>043</sup>

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>044</sup> Ponto 5 Apreciação e votação da alteração ao mapa de pessoal e mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, aprovados para o ano de 2023, sendo as propostas aprovadas por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD18+CDS5+PS6+PCP1, zero abstenções, e quatro votos contra (PAN2+BE2).**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 6 – Apreciação e votação das Propostas de Recomendação e da Moção apresentadas pelo BE:**

- . Promoção de arrendamento público a custos controlados;**
- . Regular a hotelaria e alojamento local pela proteção das pessoas e o direito à habitação;**
- . Pelo congelamento extraordinário das rendas sociais do município de Aveiro durante o ano de 2023;**
  - . Critérios preferenciais e do desempate, no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município;**
  - . Candidatura do município de Aveiro ao programa 1.º direito;**
  - . Que a renda mínima para as habitações do município em regime de arrendamento apoiado seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;**
  - . Moção – Pela ampliação da oferta habitacional do IHRU em Aveiro e pela garantia da sua contínua manutenção;**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>045</sup> ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação das Propostas e da Moção.

Vogal Ivo Angélico (BE):<sup>046</sup>

*"Irei então fazer uma introdução mais geral sobre o tema da habitação que é o tema que acaba por unir as diferentes propostas e depois irei fazer uma pequena abordagem sobre cada uma delas e explicar qual o intento de cada uma dela.*

*Começando por valorizar aqui as jornadas parlamentares do Bloco, cujo encerramento decorreu na terça-feira em Aveiro, com uma visita a locais emblemáticos da especulação imobiliária e de políticas públicas absolutamente erradas para a habitação aqui em Aveiro. Certamente viram nos noticiários, foram visitados 4 locais, 4 diferentes situações: Os terrenos da antiga lota, onde duas entidades públicas - administração do porto de Aveiro e Câmara Municipal de Aveiro, lutam pela propriedade do terreno. E para quê? Para fazer investimento público de milhões e de seguida vender o terreno a privados para habitação de luxo. Ribau Esteves até diz que nem podia ser de outra forma. Este é todo o retrato da política da direita.*

*Para o Bloco, terrenos públicos são para habitação pública. Apresentamos aliás proposta na Assembleia da República para isso. Fica ainda a questão sobre esses terrenos que é se deve haver naquela área edificação, que a existir deveria ser para habitação pública.*

*O segundo ponto da visita foi o terreno das antigas piscinas do beira-mar. Um negócio escandaloso, um terreno vendido em 2009, à noite, pela Câmara ao Beira-Mar, revendido minutos depois a uma imobiliária pelo dobro do preço.*

*Hoje o terreno vale facilmente 10 vezes mais. Entretanto o PDM foi alterado e o terreno valorizado. E o que nos mostra este terreno? Que retirar terrenos ou habitações do mercado durante décadas é recompensado com milhões de lucro.*

*O terceiro local foi o Cais da Fonte Nova onde houve investimento público que transformou aquela área numa das imagens de marca de Aveiro. E ainda bem. Mas e o resto? Venda de terrenos, acordada entre PSD e PS, para ali se construir a habitação mais cara de Aveiro. Fica de lado habitação para a generalidade da população.*

*O quarto e último ponto foi o antigo hospital de saúde mental de São Bernardo, um edifício do Estado Central, que está fechado, sem qualquer uso, quando podia ser uma ali residência de estudantes, por exemplo.*

*Em todos estes casos, temos exemplos que mostram como são as próprias políticas públicas que estimulam a especulação imobiliária e contribuem para a subida do preço da habitação, incompatível com os rendimentos médios.*

*É uma escolha da Câmara se os rios de dinheiro, largos milhões, deviam estar a ser canalizados para responder ao aumento do preço da habitação nomeadamente investindo na habitação a custos controlados e restantes propostas que hoje apresentamos ou se vai o vai canalizar para habitação de luxo que acaba por arrasto por levar ao aumento do custo da restante habitação.*

*Agora abordando cada um dos pontos.*

*a) Promoção de arrendamento público a custos controlados;*

*O preço da habitação, para compra ou arrendamento, subiu drasticamente na generalidade do país e Aveiro é um dos concelhos onde mais aumentou.*

*Portugal é dos poucos países europeus praticamente sem oferta pública de habitação, com apenas 2% de habitação pública e praticamente toda destinada ao segmento de arrendamento social (em comparação com países como a Áustria (24% do total), Dinamarca (21%), ou a Holanda (29%).*

*O arrendamento público para a classe média a custos controlados é virtualmente inexistente e como tal também não faz qualquer intervenção no mercado para o arrefecimento do mercado imobiliário. Portugal é ainda dos poucos países da Europa sem mecanismos de controlo dos preços de renda. Dado isto propomos:*

*1 - Que o património municipal habitacional, edificado ou terrenos, não seja vendido, e que em vez disso, seja inserido em programas de arrendamento a custos controlados;*

*2 - Proceder à criação de uma bolsa de imóveis públicos para a implementação de habitação a custos controlados;*

*3 - Proceder à criação de programas de reabilitação pública do edificado degradado ou em ruínas, com a sua integração numa bolsa de arrendamento e ressarcimento do investimento público;*

*4 - Estabelecer que as novas grandes construções tenham um mínimo de 25% de habitação destinada a renda a custos controlados; (de referir que esta proposta também a apresentamos para a lei nacional nas jornadas parlamentares.)*

*5 - Colaborar com o Estado Central na construção de habitações a custos controlados na zona da antiga Luzoestela e noutras áreas que venham a ser consideradas.*

*b) Regular a hotelaria e o alojamento local pela proteção das pessoas e do direito à habitação;*

*Para sustentar esta proposta apresentamos na mesma, dados concretos, que mostram que desde 2019 há claramente um grande aumento de estabelecimentos de Alojamento Local e que há ainda uma quantidade significativa de estabelecimentos turísticos no concelho.*

*O grande crescimento de alojamentos para fins turísticos, especialmente nas freguesias mais urbanas, tem sido uma das peças que contribuiu para o aumento do preço da habitação. Desta forma propomos:*

*1. Proceder à suspensão de novas licenças de Alojamento Local nas freguesias urbanas do concelho durante um ano, no sentido de criar “zonas de contenção”*

*2. Sujeitar o licenciamento de novas unidades hoteleiras no concelho mediante o impacto reduzido na disponibilidade e no preço da habitação.*

*c) . Pelo congelamento extraordinário das rendas sociais do município de Aveiro durante o ano de 2023;*

*A subida drástica da inflação imprimida pelo aumento do lucro dos grandes grupos económicos, particularmente na distribuição e nos combustíveis, agravou drasticamente o custo de vida ao longo do último ano. Face a essa realidade, e tendo em consideração que o aumento anual das rendas está diretamente relacionado com o índice de inflação, o governo decidiu colocar um travão ao aumento das rendas, limitando-o em 2023 a 2%.*

*Esta medida bastante insuficiente e incompleta ainda para mais quando em grande parte dos países da União Europeia há mecanismos de controlo de rendas e também existe uma grande componente de habitação pública. O que foi feito em Aveiro:*

*No município de Aveiro, a autarquia decidiu proceder à atualização em 2% das rendas das habitações sociais a seu cargo. Várias Câmaras no país decidiram congelar extraordinariamente as rendas sociais em 2023 para responder à crise inflacionária e à vida das pessoas. Foi até o caso da Câmara Municipal de Lisboa governada por uma coligação de direita.*

*Em Aveiro a situação é agravada pelo facto de a renda mínima ser 5 vezes superior à renda aplicada pela maior parte dos municípios.*

*Ao defender o aumento de 2% das rendas sociais em Aveiro, o Presidente da Câmara Municipal, Ribau Esteves, afirmou que “são questões de princípio de que não abrimos mão. Os princípios da gestão mandam atualizar as rendas uma vez por ano” através de “mecanismos de gestão regulares, conhecidos e justos”. As afirmações aparentemente são um ataque à ausência de princípios de Carlos Moedas (PSD) e de outros autarcas que decidiram não aumentar as rendas. Mas dizem também que, caso o governo não tivesse aplicado o travão ao aumento das rendas, a Câmara Municipal de Aveiro provavelmente aumentaria ainda mais.*

*4. Para justificar o aumento das rendas, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro afirmou haver apoio suplementar para famílias que não consigam suportar o aumento das rendas. Assim, a autarquia desiste de uma política de justiça na economia e de critérios claros, preferindo aplicar mecanismos discricionários. O Presidente da Câmara Municipal apelou ainda à inveja social aludindo que quem não está no arrendamento social tem rendas de outra ordem de grandeza. Acontece que a subida drástica das rendas em Aveiro se deve acima de tudo às políticas da autarquia PSD/CDS e do governo PS.*

*Face à crise inflacionária e ao aumento do custo de vida, o Bloco de Esquerda apresenta esta proposta para congelar excecionalmente as rendas sociais das habitações propriedade do município de Aveiro.*

*d) Critérios preferenciais e de desempate para famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 65 anos, ou para vítimas de violência doméstica no Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro;*

*A lei permite que sejam criados critérios preferenciais. O regulamento é omissivo sobre os critérios de ponderação, e remete apenas para os critérios a definir concurso a concurso pela autarquia. Consideramos que seria mais adequado e transparente a inclusão no regulamento municipal dos critérios preferenciais ao invés de apenas indicar que os critérios são definidos concurso a concurso e por isso fazemos a proposta que o regulamento seja alterado.*

*Consideramos ainda que as situações indicadas para esses critérios preferenciais justificam que a autarquia os considere preferenciais e que sejam considerados como fatores de desempate.*

*e) Candidatura do Município de Aveiro ao Programa 1.º Direito;*

*1.º Direito consiste num programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.*

*Consideramos que a habitação deve ser prioritária nas políticas públicas. Nesse sentido consideramos que a Câmara Municipal de Aveiro se deve candidatar aos programas que tenham como objetivo a promoção do direito à habitação, nomeadamente ao 1.º Direito.*

*Várias autarquias da região e do país anunciaram que vão receber vários milhões de euros ao abrigo deste programa. Isto enquanto o município de Aveiro ainda nem sequer elaborou a Estratégia Local de Habitação, documento essencial para a adesão ao programa 1.º Direito.*

*Ainda no mandato passado, na Assembleia Municipal de junho de 2019, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou uma proposta semelhante à atual, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra da maioria PSD e CDS aos quais se juntou o voto contra do PS, assumindo até uma posição contrária à política do governo do mesmo partido. Por considerarmos que continua a ser essencial e atual, reapresentamos a presente iniciativa.*

*f) Que a renda mínima para as habitações propriedade do Município em regime de arrendamento apoiado seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;*

*O valor da renda em regime de arrendamento apoiado é calculado tendo em conta o rendimento mensal do agregado familiar. Portanto, é aplicada a renda mínima apenas a famílias com rendimentos bastante baixos. Em vários municípios do país essa renda mínima é a indicada pelo mínimo permitido pela lei (1%) ao passo que em Aveiro é de 5%, cinco vezes mais. Com a crise inflacionária e com o custo de vida bastante mais elevado, a aplicação deste valor 5 vezes superior às rendas das pessoas com rendimentos baixos constitui-se numa penalização que não vai ao encontro dos objetivos gerais das políticas de habitação social.*

*Esta escolha de um valor 5 vezes superior ao mínimo não se traduz num acréscimo de receita relevante no contexto das necessidades dos bairros sociais. No entanto, é um acréscimo considerável precisamente tendo em conta que só incide nas famílias com os rendimentos mais baixos de todas.*

*A situação é ainda mais irracional dado que o executivo municipal tem respondido que em situações em que as famílias não possam pagar o valor da renda social, estas podem recorrer ao fundo de apoio às famílias criado pela autarquia. É assim estranho que a Câmara admita que as suas rendas sociais podem ser incomportáveis para os moradores e preferir que esses moradores tenham de recorrer a um fundo de apoio discricionário e sem regras universais.*

*Entendemos que o direito à habitação deve ser constituído por um conjunto alargado de políticas e de investimento público. No caso do arrendamento apoiado consideramos que o valor da renda deva estar intimamente correlacionado com os rendimentos, pelo que*

*entendemos que em Aveiro a renda mínima deve ser a que está estipulada como a mais baixa na Lei*

*g) Pela Ampliação da oferta habitacional do IHRU em Aveiro e pela garantia da sua contínua manutenção;*

*Considerando que:*

- 1. O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) é proprietário de 295 fogos de habitação social (dados de 2016);*
- 2. No passado já distante, o Instituto vendeu 253 fogos sociais aos anteriores arrendatários;*
- 3. A política de venda de habitação social sem reposição ou aumento do número de fogos de habitação social representa uma política regressiva que deteriora a capacidade de resposta social e conseqüentemente o direito à habitação;*
- 4. Que o investimento e reabilitação dos fogos sociais propriedade do IHRU no concelho de Aveiro se encontram em níveis abaixo do necessário;*
- 5. Que não há oferta de habitação pública em Aveiro dirigida ao segmento de arrendamento a custos controlados;*
- 6. Que o estado de conservação de vários fogos sociais propriedade do IHRU justificam uma intervenção de reabilitação.*

*recomendamos à Câmara Municipal de Aveiro:*

*1 - Defender junto do IHRU uma política progressiva de habitação social, garantindo políticas de crescimento da resposta social, nomeadamente através da criação de mais fogos habitacionais sociais;*

*2 - Defender junto do IHRU uma política pública de habitação com oferta pública para o segmento de arrendamento a custos controlados para a classe média;*

*3 - Reivindicar junto do IHRU que sejam realizadas as obras prementes nas habitações sociais propriedade do IHRU no município de Aveiro e que as mesmas sejam alvo de contínua manutenção para garantir o seu bom estado.*

*Resumindo e concluindo: A câmara municipal de Aveiro tem um papel a desempenhar no combate à crise habitacional que vivemos. Apresentamos aqui um conjunto alargado de propostas que mostram que é possível fazer mais e melhor no combate à crise habitacional precisamos de: mais habitação pública; habitação a custos controlados; congelamento de novas licenças de Alojamento local; de melhorar as condições relativas às rendas sociais neste momento de inflação; da manutenção e alargamento do parque habitacional do IHRU".*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[048](#)

*“Do ponto de vista das considerações de índole social que foram aqui apresentadas pelo representante do Bloco de Esquerda, resta dizer no fundamental o PCP está de acordo com estas preocupações que foram aqui trazidas.*

*E que são preocupação que também são do PCP.*

*Acresce que o problema da habitação neste momento em Portugal e no contexto do momento em que vivemos, portanto, não retirando importância àquilo que foi dito, digo que neste momento o problema é muito mais do que isso. Tem a ver por exemplo do aumento dos pagamentos de custos por casa própria, que estão a disparar para níveis inconcebíveis e que atingem população da classe média, da classe trabalhadora, que investiram através dos bancos na compra de casa própria.*

*E o ritmo de despejos que nós assistimos atualmente corre o risco de aumentar se não for feito nada para alterar este risco.*

*Portanto o PCP reconhece que o essencial da intervenção no domínio da habitação é da responsabilidade do Poder Central, sem a sua intervenção os problemas não podem ser resolvidos e apesar de ter sido manifestada vontade política em declarações políticas e de haver o gesto político de ter um Ministério da Habitação, até agora não tem existido elementos concretos, reais, que tirem sentido aos SMS do Senhor Presidente da Câmara, estes tipos de problemas continuam aí.*

*No sentido de contribuir para a resolução destas questões O PCP apresentou na Assembleia da República, uma iniciativa parlamentar potestativa relativa a questões relacionadas com habitação. E que são propostas concretas como a redução do spread para 0.25% na Caixa Geral Depósitos; quando há aumentos de taxas de juro que se insira primeiro nas comissões bancárias em de refletir no custo da prestação; obrigatoriedade de renegociação de empréstimos que estejam acima dos 35% da taxa de esforço do rendimento familiar; a conversão de crédito pelo arrendamento com possibilidade de recompra ao fim de 10 anos; enfim.*

*Este é outro segmento que não o da habitação social, mas é habitação em que os seus proprietários estão em sérias dificuldades e precisa também de resolução.*

*Quanto às propostas apresentadas. Às vezes o apresentar muito pode ser prejudicial. Foi o que tivemos aqui. Não podemos fazer uma análise mais pontual, não temos garantida porque não podemos estudar em detalhe, que as medidas propostas correspondam a benefícios. Por exemplo: quando se propões que os critérios de desempate sejam estes, não esqueçamos que há critérios de desempate que estão na lei.*

*Há problemas por exemplo de conceção. A Moção é sobre o congelamento das rendas em 2023. Então peca por tardio. Já deviam ter apresentado antes da deliberação camarária, antes de estarem afixadas as rendas. A não ser que queiram alterar a Moção e dizer que é para 2024 e que haja efeitos retroativos.*

*A questão de medidas relativas aos alojamentos locais também não tem em conta de que Aveiro não tem regulamento de alojamento local!*

*Portanto se fosse uma proposta para que rapidamente venha aqui um regulamento sobre alojamento local, o que a política da Câmara tem rejeitado ao longo do tempo fazia mais sentido. Portanto do ponto de vista da execução há várias debilidades que impede estar a cem por cento com elas e apoiá-las inquestionavelmente, coisa que sinceramente não é possível apesar de muito gostar de o fazer.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH)<sup>049</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>050</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>052</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. É sempre o numero do costume. Estou farto de dizer isto. Depois colocam os partidos sempre com tónica de fazer um voto porque não podem concordar com os pressupostos que lá estão escritos porque são amplamente ideológicos, para depois fazer um comentariozinho num qualquer escrito a dizer “o PS votou contra”! Aliás há uma moção que refere isso mesmo. Eu sei bem porque é que votei contra a Moção, porque os considerandos eram miseráveis. É assim, o BE é livre de fazer os números políticos que entender. Mas tem que reconhecer também que o PS também é livre de encarar estas iniciativas, do ponto de vista, acabam por depreciar um bocadinho o que disse aqui o António Salavessa. Acabam por depreciar a questão, tiram importância à tónica, e do meu ponto de vista não creio que o Bloco ganhe nada com isso. E isso é tudo o que me apraz. É que o Bloco mantenha os resultados eleitorais que tem tido.*

*Das recomendações há algumas que são absolutamente extraordinárias. Em relação ao alojamento local e o Salavessa falou disso, deu aqui uma dica e pode ser que a apanhem.*



*Se o Bloco de Esquerda tivesse proposto uma proposta com o regulamento local já era número, mas à séria. E já teríamos que falar sobre isso. O Senhor Presidente já teria que explicar porque é que não quer ou porque, mas não é o caso. Bem pelo contrário, propõe suspender a atribuição de licenças por um ano. E a minha pergunta é um ano? Então porque não cinco, ou dez, ou quinze? Qual a justificação disto? Não há justificação nenhuma. Foi o que apareceu. Olha põe aí um ano.*

*E esta tónica mantêm-se em todas estas moções que são apresentadas. Eu devo dizer o seguinte, da nossa leitura os votos do PS, que fique já claro e como declaração de voto, vão cingir-se ao péssimo exercício do nosso ponto de vista evidente. O Bloco faz deste tipo de instrumento, se o Bloco entende que deve discutir determinado tema e propor uma recomendação à Câmara que tenha valia, tem que o fazer de forma inteligentemente política para de alguma forma convencer a Assembleia da justiça que propõe e não é o caso de algumas propostas que fazem algum sentido, mas junta-lhe vinte ou trinta pressupostos que é para que toda a gente andar a discutir coisas que não tem a ver com aquilo que é proposto. E andamos nisto. É um bocadinho esquizofrénico, mas é a perspetiva que o Bloco tem da vida e que continue.*

*Este problema da habitação que é caro ao Partido Socialista e que o colocou na discussão pública, nomeadamente este governo, até se recordam foi o Presidente que disse na última sessão que o António Costa quando propôs que a Habitação ficasse como Ministério era uma declaração pública, política para dar força e relevo à importância do tema, nomeadamente numa situação que é importante para o país. E os números que eles apresentaram do que há de habitação pública versus habitação pública em países muito mais desenvolvidos que nós, e é muito dispar. Nós não temos 3% sequer e há países que têm percentagens muito consideráveis, mas isto também tudo resulta de que em Portugal nunca se olhou para este tema como essa tónica e com essa preocupação. E isso tem muito da nossa forma de ser, somos um povo latino, de propriedade privada, e até mesmo a forma como o Direito protege a propriedade comparando com os países anglo-saxónicos é bastante diferente. Não-de reparar que um latino diz, a minha mulher, o meu filho, a minha casa, o meu carro. Isso não é assim por essa europa fora sobretudo os nórdicos, não têm essa necessidade de posse ou essa perceção da posse.*

*Se olharmos para Inglaterra ninguém é dono de casa nenhuma. É tudo da coroa e as pessoas são proprietárias por 99 anos e depois tem que renovar.*

*Mas é evidente que o problema tem de ser resolvido. E há uma formula, se o Estado for dono, se o Estado controlar parte do mercado, vai conseguir. Mas não pode controlar no sentido como o Bloco pretende controlar. Agora alojamentos locais durante um ano não há licença para ninguém! Isto é feito ad-hoc e é. sem pés nem cabeça. E destituído de estratégia em relação a esta matéria. Portanto o PS não pode em consciência fazer uma votação olhando só para o que é proposto. Tem de englobar os considerandos. Não pode fazer isto de outra maneira. E foi o que fizemos na análise de todas estas propostas. Depois verão com a votação que será feita pela bancada.*

*Há dizia-se na discussão e até é recorrente na Assembleia sobretudo do lado do CDS e até do Presidente da Câmara, referir vocês do Bloco não têm nenhum município para expor aquilo que são as vossas políticas. Eu diria ainda bem! Porque a ser isto que aqui escrevem estávamos mal. Essa é que deve ser a tónica. Acho que vocês nunca conseguiram ganhar nenhum município a não ser Salvaterra de Magos com má memória. Provavelmente porque não têm uma perceção clara de como deve ser gerida uma autarquia. Vão-me desculpar, mas enquanto o PCP é um partido organizado, preparado para as coisas, com um índice programático forte, ideológico e governa os seus municípios de acordo com aquilo que pensa. E teve pelo menos no passado alguns sucessos em muitas autarquias, Vexas não têm essa perspetiva porque funcionam avulso. E*

*uma autarquia não pode ser consoante está a maré. Ai agora temos muitos alojamentos locais, portanto somos contra. Ou então, contra não, é só por um ano. Não pode ser essa a perspetiva para o desenvolvimento dum município. Portanto, agindo Vexa como agem não podem esperar pelo menos desta bancada opção diferente daquela que iremos ter na votação das moções.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>053</sup>

*“Senhor Presidente, nas propostas do Bloco de Esquerda não sabemos o que o Bloco faz bem em termos de habitação para podermos esse exemplo. Pois não tem qualquer autarquia no país onde aplicar estas propostas e como tal esta propostas são demagogia pura. Apresentam um molho de propostas umas que já cá vieram, outras não dizem nada, e uma até nos parece ser ilegal a sua apresentação. Uma vez que já aqui foi aprovado o orçamento para 2023.*

*A apresentação destas propostas coincide com uma ação que o Bloco fez em Aveiro sobre habitação! E é nesta mesma semana que o Bloco vai apresentar na Assembleia da Republica também uma proposta. Só isso é que nos faz alguma luz sobre este molho de propostas aqui. Isto é pura demagogia. Depois fala aqui no IRHU par atrás IHRU para a frente, e estamos a falar de um partido politico que esteve 6 anos a apoiar o Governo socialista. Aprovou 5 ou 6 orçamentos de estado. Ó senhor deputado o IRHU do governo que o Senhor apoiava não investiu em Aveiro um cêntimo. Eu não sei se o senhor conhece, mas os bairros do Caião e do Griné são do IRHU, tem ideia do que são as condições de vida nesses bairros? Eu por motivo profissionais conheço uma grande parte daqueles apartamentos, aquilo não tem condições nenhuma e a degradação é total. O seu partido veio a Aveiro e esteve no centro da cidade, devia ter ido a esses bairros! Os senhores aprovaram conjuntamente com o partido socialista 5 orçamentos de estado, porque é que não orçamentaram para aqui uns tostões? Aquelas pessoas também são aveirenses, merecem-nos o máximo de respeito, deviam ter outras condições de habitabilidade nas casas que são do IRHU. Isso é que era politica á séria. Agora, trazerem aqui seis propostas, algumas já cá vieram, outras são repetições, uma quer que cometemos uma ilegalidade porque depois do orçamento municipal estar aprovado virem aqui com proposta de redução da receita!? Senhor deputado nenhuma delas nos merece a aprovação.*

*Eu gostaria que o Bloco de esquerda utilizasse esta força toda, já que não o fez quando eram governo, junto IRHU forçar também que o IRHU repare o parque habitacional que tem e implemente a habitação a custos controlados. Isso é que ficava bem ao bloco de esquerda.”*

Presidente da Mesa<sup>054</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>055</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>056</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>057</sup>

*“Senhor Presidente só para dar a informação de que estarei presente no Conselho de Concertação Territorial, sob a presidência do primeiro-ministro, que vai acontecer na próxima segunda-feira, às 10:30 horas, na residência oficial do Primeiro Ministro. Com dois temas: um tema é a reforma das CCDRs, no seguimento do CCT de há dois meses, e o segundo ponto é a apresentação, para recolher parecer, do pacote de habitação que o governo vai levar ao Conselho de Ministro da próxima semana na quinta feira. E que terá*

*provocado este frenesim na Assembleia, o que é normal, das várias propostas que entraram, incluindo um agendamento potestativo, que não é obviamente por desconsideração estratégica, já que está marcado para dia 15 e no dia 16 é o Conselho de Ministros.*

*Apenas dar nota, já o referi na ultima assembleia, a questão da habitação é complexa. O país vive um momento muito complexo a vários níveis e não vou estar a repetir porque enfim, já o referi há 8 dias e toda a gente tem boa memória.*

*Ninguém tem seguramente a receita, mas são precisas seguramente medidas para resolver o problema. Há um conjunto de contributos, mas o que é preciso é mesmo tratar desta questão com seriedade, com objetividade e ser consequente.*

*Em primeiro lugar dar dignidade ao parque habitacional do Estado. A Câmara de Aveiro deu o exemplo. Fizemos, estamos a fazer, ainda não acabámos, um enorme investimento, já ultrapassou 6 milhões de euros, para que os nossos inquilinos, que são quase 600, tenham, vivam numa casa em condições. E assim não era em boa parte deles.*

*O que se passa com o IHRU é aquilo que toda a gente sabe. É, de facto, mau demais. E é que disse o Manuel Prior, choca ver por fora. Mas por dentro a coisa é muito pior do que aquilo que já é chocante visto só do lado de fora.*

*E, portanto, que é muito importante fazer mais? Claro que sim. Mas em 1º lugar é preciso cuidado daqueles que são nossos inquilinos. A Câmara de Aveiro é um exemplo a esse nível, infelizmente o IRU não é.*

*Mas vamos continuar a lutar para que seja. Vamos continuar a insistir com a Senhora Ministra, nós queremos a estratégia, cooperar, sim. Só não queremos seguir certo caminho. Porque se não perceberam há aqui uma opção ideológica e nós somos contra.*

*Mas vamos prosseguir esse caminho e essa luta, essa pressão, para que os inquilinos do IRHU no município de Aveiro tenham a sua casa com a devida dignidade porque a esmagadora maioria deles não têm.*

**Vogal Ivo Angélico (BE):[058](#)**

*“Começando por esclarecer a dúvida levantada pelo PCP sobre os critérios de desempate, se eles seguirem a lei. Sim, tivemos esse cuidado. Estes critérios de desempate acompanham a lei. O Chega veio dizer-nos que os preços são resultado da oferta/procura. Mas olhando para os censos, os censos dizem-nos que há mais entre 2011/2021 houve um aumento 111 mil habitações, mas só houve um aumento de 65 mil famílias. Ou seja a oferta/procura não aumentou pela população ter aumentado assim tanto. O que há aqui é que o imobiliário começou a ser visto como investimento financeiro, sobretudo por parte de estrangeiros em que o investimento multiplicou por 2.6 e esses investimentos podem ou não ser habitados. E isso é que está a reduzir a oferta de habitação. O mercado não está a funcionar.*

*Eu sei que há quem defenda o mercado até às ultimas, mas quando o mercado não funciona são necessárias políticas públicas que o regulem. É isso que nós aqui propomos. São medidas que podem ser tomadas por parte da Câmara, podem ser aplicadas e terão consequência positivas para os aveirenses.*

*Sobre o IRHU o presidente da Câmara parece discordar porque ele próprio ainda há pouco revelou que abordou a Ministra sobre esse tema. Isso só reforça aquilo que é a nossa proposta.*

*O Alojamento local está a pressionar as rendas e a retirar habitações do mercado. Ou seja, a reabilitação continuaria a acontecer. Aconteceria é que deveriam ser colocadas ao dispor da população evitando aquecer ainda mais o preço da habitação em Aveiro.*

*A habitação está a ser vista muito como investimento financeiro e isso é parte do problema. E nós temos soluções para isso. O CDS por exemplo não tem apresentado*

*soluções e parece que está tudo bem, quando na realidade temos pessoas com dificuldades, mesmos aquelas com rendimentos médios de ter acesso à habitação.*

*Em relação ao PS e ao PSD acabaram por nos trazer aqui nada. Acabaram por dizer muito pouco. O PS não explicou como é que atacaria este problema. Não deu uma ideia, da mesma maneira que o Governo não apresenta propostas para resolver este problema da habitação. Caro Prior é verdade o Bloco não tem nenhuma Câmara. Se calhar é por ter tantas Câmaras geridas pelo PSD que há estes problemas sem resolver. Porque são precisas políticas e opções diferentes. Nós estamos hoje aqui a propor para conseguirmos em conjunto atacar este problema.*

*Nós trazemos aqui propostas concretas que achamos irão contribuir para resolver um problema. É um problema muito sério. A classe média está com dificuldades em aceder a habitação que consiga pagar e parece que somos os únicos que estamos interessados em resolver trazendo estas propostas e avançar com soluções. Estas propostas são razoáveis e espero que possam ter o vosso apoio.”*

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>059</sup>

*“Senhor Presidente obrigado. Cumprimento todos e os que estejam a acompanhar. Na opinião do PAN, a Câmara Municipal deve desenvolver políticas de habitação local, sobretudo no que se refere à habitação a custos controlados e rendas acessíveis.*

*Vivemos um período de grande especulação imobiliária, este é um problema real em todo país e, ao qual este município não é imune, e que tenderá a agudizar-se se, entretanto, não forem alicerçadas políticas de habitação a médio/longo prazo.*

*Os Aveirenses já hoje enfrentam uma crescente dificuldade em adquirir uma habitação própria ou arrendamento a custos acessíveis.*

*Dito isto, concordamos com algumas das propostas apresentada pelo Bloco, porém ficamos com algumas dúvidas, também, em termos de detalhe e gostaríamos que estas propostas tivessem sido discutidas com outra profundidade.*

*Dando um exemplo, logo na 1ª proposta onde é afirmado: “que o património municipal habitacional, edificado ou terrenos, não seja vendido, e que em vez disso, seja inserido em programas de arrendamento a custos controlados”, nós depreendemos e interpretamos que a Câmara Municipal não poderia vender mais nenhuma habitação ou terreno até quando isso possa ser do próprio interesse dos municípios.*

*Não retirando mérito à ideia subjacente à totalidade destas recomendações, não estamos de acordo com algumas consequências da sua redação, nem com algumas premissas ideológicas apresentadas.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>061</sup>

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>062</sup> o Ponto 6 – alínea a). Promoção de arrendamento público a custos controlados, sendo a proposta rejeitada, com trinta votos contra (PSD18+CDS5+CH1+PS6), três abstenções (PAN2+PCP1), e dois votos a favor (BE2).**

**Ponto 6 – alínea b). Regular a hotelaria e alojamento local pela proteção das pessoas e o direito à habitação, sendo a proposta rejeitada, com trinta votos contra (PSD18+CDS5+CH1+PS6), uma abstenção (PCP1), e quatro votos a favor (BE2+PAN2).**

**Ponto 6 – alínea c). Pelo congelamento extraordinário das rendas sociais do município de Aveiro durante o ano de 2023, sendo a proposta rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+CH1), nove abstenções (PS6+PAN2+PCP1), e dois votos a favor (BE2).**

**Ponto 6 – alínea d). Critérios preferenciais e do desempate, no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município, com trinta votos contra (PSD18+CDS5+CH1+PS6), uma abstenção (PCP1), e quatro votos a favor (BE2+PAN2).**

**Ponto 6 – alínea e). Candidatura do Município de Aveiro ao programa 1.º direito, sendo a proposta rejeitada com vinte e nove votos contra (PSD18+CDS5+PS6), uma abstenção (CH1), e cinco votos a favor (BE2+PAN2+PCP1).**

**Ponto 6 – alínea f). Que a renda mínima para as habitações do município em regime de arrendamento apoiado seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais, sendo a proposta rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+CH1), nove abstenções (PS6+PAN2+PCP1), e dois votos a favor (BE2).**

**Ponto 6 – alínea g). Moção – Pela ampliação da oferta habitacional do IHRU em Aveiro e pela garantia da sua continua manutenção, sendo a Moção rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+CH1), duas abstenções (PAN2), e nove votos a favor (BE2+PS6+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Marta Dutra (PAN):[069](#)

*“Senhor Presidente, a minha intervenção é a declaração de voto.”*

Vogal Pires da Rosa (PS):[070](#)

*“Senhor Presidente, pedir a transcrição da minha intervenção porque ela corresponde também à minha declaração de voto. Dizer que as votações que a bancada do Partido Socialista fez em relação a esta seis propostas teve a ver com a análise cuidada que fez, da bondade das recomendações propostas, mas também nunca dissociando da atitude política do BE de fazer números políticos com assuntos que são do nosso ponto de vista sérios. E por outro lado as propostas de recomendação não poderem ser dissociadas dos pressupostos que as informam.*

*Portanto a vida política é assim mesmo. Uma coisa é propor A, mas com os pressupostos de c,d,h. mesmo até concordando com a proposta eu não posso votar dissociando os pressupostos da recomendação. Essa é a tônica que fez com que o Partido Socialista teve e fará sempre em qualquer Moção. Alias se virem, na proposta da alínea g) o PS votou favorável, porque entende que é a que tinha, na ótica do partido socialista, uma verdadeira proposta de recomendação. E no caso, devido à análise que fizemos da recomendação em si mesma.*

*Portanto eram estas as notas que queríamos deixar ficar bem sabendo que o BE fará a deturpação dos nossos sentidos de voto e lá teremos que ter de novo o trabalho de andarmos a justificar isso. Mas a vida política é o que é. É esta a chicana que o BE tem enveredado e neste sentido fica claro, na declaração de voto do Partido Socialista, que as votações tiveram estas condicionantes.”*

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>071</sup>

*“A abstenção do PCP verificada na maioria destas propostas, não significa falta de entendimento quanto à importância das questões de habitação no atual momento em Portugal e a bondade de um ou outro ponto nas propostas apresentadas.*

*Acontece é que a maioria contempla redação menos clara e na nossa apreciação precisavam de ser bastante melhoradas e mais concisas. Naquilo que entendemos aprovar aprovámos, nas outras não votámos contra e abstinemo-nos.”*

### **Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PCP – Criação da tarifa social de água e saneamento em Aveiro.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>072</sup> ao deputado proponente do PCP para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>073</sup>

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, querida Câmara. Esta proposta, considerando que no início deste ano de 2023 existiam no concelho de Aveiro 5623 agregados familiares que beneficiam da tarifa social de eletricidade e 625 agregados que beneficiam da tarifa social de gás natural, considerando também que os dados de janeiro de 2022 tem Aveiro à cabeça como as capitais de distrito que têm a água e o saneamento mais caros com uma fatura média de 379€, não significaria isto que o PCP não tenha conhecimento de que há municípios, que não são muitos, que têm a água ainda mais cara que Aveiro.*

*Mas Aveiro está claramente na parte superior dos custos como capital de distrito com a água mais cara. O apoio do município neste particular é praticamente inexistente. Podem dizer o contrário, mas a expressão “tarifa da água” nem sequer existe no Plano e Orçamento, não existe nas Contas, podem dizer que têm umas ajudas às famílias, mas o que é um facto é que é muito difícil apurar essas ajudas.*

*Mas seja qualquer o valor, não será nem de perto atribuído às 625 da tarifa-social do gás, muito menos dos 5623 da tarifa-social da eletricidade.*

*O Decreto lei 147/2017 estabelece o regime da aplicação da tarifa social a atribuir pelos municípios e a aplicar aos clientes desses serviços. É claro nesse Decreto lei que a competência para determinar da existência da tarifa é da Assembleia Municipal, mas com a iniciativa da Câmara Municipal. Portanto eu não posso chegar aqui e trazer uma proposta de criação da tarifa social. Daí que o corpo deliberatório desta proposta é uma recomendação à Câmara Municipal de Aveiro.*

*Consideramos também que no atual contexto sócio económico é justificado em absoluto a criação desta tarifa social. Lembro, são números de 2017 do Montepio Geral, a aplicação da tarifa social da água é aplicada em dois terços. Portanto Não é uma questão errada. E a diferença de custo da tarifa entre nós e o Porto é como se que se nós aplicássemos uma tarifa, reduzindo a fatura anual em 100 euros, mesmo assim os residentes de Lisboa e do Porto continuam a pagar a água mais barata que em Aveiro.*

*Consideramos que a despesa social resultante desta diminuição da tarifa está dentro da capacidade de despesa corrente do município. É a Câmara que decide quais os valores, quais a percentagem. A nossa questão agora não é saber qual é a percentagem. A nossa questão aqui e agora não é decidir é recomendar à Câmara que se aprovada poderá ter a iniciativa de a considerar o resto está definido na lei.*

*O universo de agregados a beneficiar será aproximadamente os tais 5600 que já beneficiam da tarifa social da eletricidade. Mas de qualquer forma se aplicarmos uma redução de 25% isso significaria à volta de 500 mil euros do Orçamento municipal.*

*Claro que se a redução fosse de 50% seria um milhão de euros. Portanto caberá à Câmara elaborar a proposta e trazê-la à Assembleia caso assim entendam, relativamente a esta matéria.*

*Assim é evidente que sabemos que os preços são fixados pela Adra que não sendo uma entidade pública é uma entidade pública de direito privado. A estrutura de quotas da Adra é composta por maioria da Águas de Portugal e com a participação dos municípios da Cira, mas até parece que Aveiro se quer desfazer*

*É evidente que devia haver uma intervenção mais forte dos municípios junto da Adra para a existências de tarifas sociais. Mas não existindo tarifas sociais ao nível da Adra, cabe que seja feito ao nível do município. Daí que a deliberação não é sobre os considerandos, a deliberação é recomendar à Câmara Municipal de Aveiro que no âmbito das suas competências desenvolva os procedimentos necessários para propor à Assembleia a criação de uma tarifa social da água e saneamento, como está previsto na lei. O que ficaria de fora seria a tarifa dos resíduos sólidos.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH)<sup>075</sup>

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>076</sup>

*“Em 2022, o PAN viu aprovada uma proposta de alteração do Orçamento de Estado para que fosse implementada uma tarifa social da energia. Com base no mesmo princípio temos defendido uma tarifa social da Água. Vivemos tempos difíceis, que exigem medidas que vão de encontro às reais necessidades dos munícipes, pelo que acompanharemos esta proposta. Obrigada”*

Vogal Olegário Rocha (BE)<sup>077</sup>

Vogal Jorge Grenó (CSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>078</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Esta assunto já aqui foi debatido no passado, mas pela mão do PCP penso que é a primeira vez. Esta proposta agora é mais escorreita e mais perceptível, sem considerandos ideológicos.*

*No entanto a nossa posição mantém-se porque, reconhecemos que os mecanismos existentes de apoio social da Câmara são suficientes. Não temos conhecimento de situação que possam ser de livre arbítrio que leva a que os munícipes não tenham os apoios que precisam. Portanto votaremos contra porque entendemos que a posição da Câmara é a correta e deve ser para manter.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>079</sup>

*“Nem de propósito. Está aqui um exemplo claro de como se faz uma proposta. Esta proposta cinge-se à recomendação em si e a lógica do tema que toda a gente percebe. Ah, quase todos à exceção do CDS. Ainda vem que trouxe esta moção Salavessa pode ser que aprenda alguma coisinha e o PS em coerência terá de votar favoravelmente – o que fará. Esta proposta por várias razões da valia que é proposto e também pela extensa justificação e o Eng. Ribau Esteves está a li a tomar umas notas para explicar porque é que há-de ser contra isto.*

*Desta proposta resulta claro que é uma proposta que recomenda à Câmara que proponha um sistema que tenha tarifa social da água e que seja pensado depois avaliado para aprovarmos ou não. Para mim faz todo sentido por esta solução no mapa, digamos assim,*

*e no fundo apontar a necessidade desta criação e depois vamos ver qual é o mecanismo proposto e a forma como ela implementada.*

*Em relação à Adra dizer que é uma empresa 100% pública, as Águas de Portugal têm 51% e os municípios da região 49% e tem mais uma norma que diz que se por aleivosia de algum governo de privatizar os municípios teriam o direito de recomprar 2% para ficar com a maioria da empresa.*

*Estou convencido que é isto apesar de ter votado contra e ter havido uma grande luta aqui na Assembleia quando foi da votação da Câmara alienar porque o negócio que Aveiro fez foi ruinoso e vendeu-se por 50 milhões de euros algo que valia entre 120 a 150 milhões de euros. Aliás tivemos aqui um ex-vice-presidente da Câmara, já falecido, a explicar qual era o valor do negócio. E tinha alguma experiência porque dirigiu os serviços municipalizados talvez uns 15 anos no tempo do Dr. Girão Pereira.*

*Portanto só esta nota e dizer que o PS vai votar a favor.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[080](#)

*“Sobre esta proposta do partido comunista dizer que nós no PSD temos uma visão diferente. Respeitamos a linha do PCP mas a nossa é outra. O PCP defende o assistencialismo, nós no PSD defendemos o apoio a quem precisa e a Câmara Municipal de Aveiro apoia e apoiará todas as pessoas e todas as famílias que precisem de apoio na sua estrutura de custos, seja na renda, na água na luz, nos medicamentos ou em outros.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[081](#)

*“Obrigado Senhor presidente. No pleno exercício da minha liberdade, não estou a obedecer à ordem do Senhor Doutor Pires da Rosa, que me disse que eu tenho que responder! Mas faço-o todo o gosto também em responder. Só deixar nota que o meu exercício é democrático e não estou sobre a ordem de ninguém, muito menos de um membro da oposição, a quem os cidadãos aveirenses não quiseram entregar o poder.*

*Duas ou três coisas que queria deixar nota neste processo. Primeiro, esta conversa de que Aveiro tem a água mais cara é uma conversa absurda, de uma análise que se cinge a um valor que, na própria análise restrita da tabela de preços, está incompleta. Aveiro tem um dos modelos mais sustentáveis de captação. Aveiro não tem problema de falta de água. Aveiro tem o nível de qualidade que é, enfim, só não é 100% porque nestas coisas da qualidade da água não se arredonda, mas é de 99,8%.*

*Aveiro tem um mecanismo de gestão naquilo que respeita à estrutura, à infraestrutura e depois ao seu funcionamento, seja no sistema em baixa. Atualmente entregue à gestão das águas da região de Aveiro. Seja no sistema em alta, que estão entregues, no nosso caso, no que respeita à água, à Associação de Municípios do Carvoeiro. No que respeita aos esgotos, as Águas do Centro Litoral, todas têm gestão de elevadíssima qualidade.*

*Aquilo que nós pagamos é a garantia da qualidade. É a garantia para nós e para as gerações vindouras. Nós não pertencemos às notícias e no ano passado houve tantas e tantas notícias de andar a acarretar água de camiões, com racionamentos diários, etc, etc.*

*Os autarcas da região de Aveiro, do município de Aveiro e da Região de Aveiro, há 40 anos tiveram a inteligência e o arrojo de investir e continuamos a investir muito, regularmente, obviamente que os investimentos têm que se pagar. O tempo em que havia 75% a fundo perdido para fazer redes acabou há muito tempo.*

*E, neste momento, até temos uma discussão muito complicado, porque temos 17 milhões de euros de investimento a fazer na Adra nos próximos 7 anos. Vamos usar a conta de 5 mais o prolongamento de 2. Como é que fazemos? Vamos usar fundos comunitários? Nós*



*precisamos de 17 milhões a fundo perdido para financiar o plano de investimento total de 7 anos. Essa é a necessidade financeira para não se impactar na tarifa.*

*Como é que vamos fazer? Agora acabou a conversa. Agora já não podemos ir ao POSEUR. Pode ir buscar-se ao Programa Regional Centro 2030, mas na dotação dos municípios.*

*Vamos ou não vamos? Ou vamos colocar mais um valor X, que não está calculado, nas tarifas. Estamos neste momento a fazer o trabalho de revisão do estudo de viabilidade económico financeira da Adra, está neste momento em revisão, e vamos ver qual é a sustentabilidade e se faz mais sentido, até porque na ponta final da concessão, a tarifa baixa. Embora o que estamos a fazer seja nos termos um tarifário assim e na ponta final fazer assim.*

*A lógica do estudo, do princípio do estudo, são coisas muito sérias, muito profundas. Chegar e arredondar a conversa e dizer, Aveiro é a capital de distrito que tem a água mais cara, obviamente e distorcer a realidade. É comparar, mas querem comparar com quem? Com Viseu. Ah querem comparar com Porto! Sabe Vexa qual é a densidade de contadores de água por metro linear de rede que há no Porto, comparando com Aveiro? Quer comparar!*

*Tratemos das coisas com rigor. E essa frase é uma frase desprovida de rigor. Tomaram os nossos cidadãos, nós todos que pagamos a água que houvesse aí um problema para a nossa estrutura de Contas.*

*Para aqueles para quem é estrutura de custos a Câmara de Aveiro e a maior parte das Câmaras de Região, têm os fundos de apoio às famílias. Agora também somos gestores dos apoios de emergência que às vezes são usados para pagar a conta da água para quem precisa. Mas não no sentido estrito, mas no sentido de um apoio que está integrado numa operação para ajudar as pessoas a estruturarem a sua vida e a serem autónomas.*

*A esquerda adora que as pessoas dependam do dinheiro do Estado. Vocês, a vossa estratégia é absurda. Está completamente errada. Mas ideologicamente é uma delícia. Vocês querem dar tudo a gente para a malta gostar de vocês e votar em vocês! Nós não queremos nada disso. Nós não queremos dar desenvolvimento económico, empregos mais qualificados, rendimento do trabalho mais alto, para que as pessoas não tenham que depender do Estado. Esta é a filosofia que nós temos absolutamente.*

*Dar nota que o Presidente da Câmara não decide apoios sociais. Os apoios sociais são individuais, são deliberações do executivo municipal. Em 9 anos de Presidente da Câmara de Aveiro, não me lembro de um apoio que tivesse sido aprovado, com outro tipo de votação que não fosse por unanimidade.*

*E, portanto, é mentira, é falso, que é o poder Presidente que dá apoios a quem quer. É absolutamente falso. São deliberações de Câmara, repito, não me lembro de nenhuma que não tivesse sido aprovada por unanimidade.*

*Obviamente, o PCP e o Bloco têm que confiar no Presidente e nos vereadores que têm assento na Câmara, porque, enfim, temos a felicidade nós, o PCP e o Bloco a infelicidade, de não terem vereadores do Partido Comunista nem do Bloco de Esquerda.*

*Mas vamos ao rigor. Eu, o meu poder de decidir um apoio social é igualzinho ao dos 8 vereadores do executivo municipal. Só no caso de empate e que o meu voto vale um bocadinho mais para desempatar, mas nunca aconteceu nada disso.*

*Portanto deixemos desta demagogia absurda, deste uso da mentira, de uma forma gratuita, de tentar dizer ao povo que o Senhor Presidente usa os apoios sociais para controlar o povo. É a mais redonda mentira e é bom que as pessoas saibam e as coisas se digam em português claro, que é para não haver aqui dúvidas.*

*Portanto temos os instrumentos sociais para fazer aquilo que é preciso fazer. Apoiar quem precisa de apoio a sua estrutura de rendimentos, para gerir as suas despesas.*

*Mas apoiar procurando desenvolver planos sociais que ajudem as pessoas a estruturar sua vida e a serem autónomas ao nível do rendimento.*

*É por aqui que nós queremos uma sociedade mais justa, mais equilibrada. E aqueles que precisarem permanentemente da nossa ajuda, por incapacidade, seja de que natureza for, física, mental, seja o que for, nós estaremos sempre a apoiar regimes de apoio que garantam, que nós apoiamos permanentemente essas pessoas.*

*O descontinho, toma lá um descontinho, agora na água, ora agora na eletricidade, ora agora sei lá do quê, é uma coleção de descontos. Neste momento é uma coleção tão grande, que eu julgo que qualquer português tem a maior dificuldade em fazer a listagem dos descontinhos. Não é por aí que nós queremos ir. O caminho do descontinho dar tudo a toda a gente é um caminho errado. Temos que apoiar o crescimento do rendimento e temos que apoiar quem verdadeiramente precisa. Não fazer o apoio pelo apoio, mas o apoio que ajude as pessoas a estruturar a sua vida e a serem autónomas. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>082</sup>

*“Eu sinceramente tenho uma alma que vai até almeida. Uma alma grande e não acreditava que esta moção tivesse um apoio tão largo como aquele que vai ter. O que não impede nem altera a justeza da sua ação e ter oportunidade mais uma vez entender quais são as opções políticas desta Câmara e da maioria que a apoia.*

*Porque em forma, usa penso eu que abusivamente o nome do PSD para afirmar que o PSD não vai nestas tarifas e recusa tarifas de água que tem uma outra perspetiva, que é uma perspetiva assistencialista que é seguida pela Câmara Municipal.*

*Aquilo que foi dito pela bancada do PSD só pode ser aceite se for acrescentado PSD/Aveiro. Porque são dezenas e dezenas de municípios do PSD que têm tarifa social da água.*

*Portanto o argumento de que é uma opção política geral do PSD não acredito nela. É uma opção política local em que se está sempre de braços abertos para o investimento, para o capital, para o show-off tecnológico, etc. e de olhos fechados, cerrados, para aquilo que pode ser feito, num contexto como o atual, apoiar os cidadãos.*

*E sendo uma iniciativa que colocava a decisão para já nas mãos da Câmara é um absurdo. É um total absurdo as bancadas da maioria não concordarem com ela. É mesmo por opção política anti PCP. Ao passo que nós dizemos, apoiaremos todas as propostas sejam elas de que partido forem olhando para o seu conteúdo, aquilo que acontece ao longo destes mandatos nesta Câmara é chumbo, é votaremos sempre contra as propostas do PCP, sejam elas quais forem. É uma infelicidade que isso aconteça é uma prática desta maioria e que nunca foi timbre das maiorias que governaram esta Câmara antes de Vexa.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>083</sup> o Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PCP – Criação da tarifa social de água e saneamento em Aveiro, sendo a proposta rejeitada, com vinte três votos contra (PSD18+CDS5), zero abstenções, e doze votos a favor (CH1+PS6+PAN2+BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>084</sup>

*“A minha intervenção é a declaração de voto.”*

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>085</sup>

*“A minha intervenção é a declaração de voto.”*

### **Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PAN- Pela construção de parques de realojamento de matilhas.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>086</sup> à deputada proponente do PAN para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Marta Dutra (PAN):<sup>087</sup>

*“Começo por resumir o caminho que nos levou até esta Recomendação: A Lei 27/2016, de 23 de Agosto, determina:*

- 1. a existência de uma rede de centros de recolha oficial de Animais, que Aveiro continua a não ter;*
- 2. esta Lei estipula a esterilização dos animais errantes como forma de controlo populacional - Aveiro continua sem uma estratégia definida e pensada a médio/longo prazo para a esterilização dos animais de rua;*
- 3. esta Lei também reforça a obrigatoriedade das Câmaras Municipais na recolha destes animais - Aveiro possui apenas cerca de meia dúzia de jaulas na base de S. Jacinto, pelo que também não recolhe a grande maioria dos animais errantes.*

*Estamos em 2023 e a Câmara de Aveiro continua sem cumprir estas 3 obrigações! Em consequência deste incumprimento e permanente desinvestimento nesta área, o Município de Aveiro é, atualmente, um dos piores exemplos do país em matéria de saúde e bem-estar animal.*

*A Câmara não oferece as condições mínimas necessárias para os veterinários municipais aqui se fixarem. Num curto espaço de tempo encontramos-nos novamente sem entidade veterinária municipal.*

*Este descabro permanente leva a que os cães abandonados nas ruas do concelho, uma vez que não são recolhidos, se vão agrupando em matilhas.*

*Acresce ainda a não concordância deste Executivo em alterar o Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, de modo a permitir a alimentação destes animais na via pública e já apresentámos aqui propostas nesse sentido, fazendo-se recentemente exceção às colónias de gatos.*

*Esta conjugação de fatores - não recolha dos animais, falta de esterilização, proibição da sua alimentação - origina o aparecimento e crescimento exponencial dos animais agrupados em matilhas e a sua procura por alimento. Muitos destes cães com pouco ou nenhum contacto positivo com humanos, tornam-se naturalmente receosos, territoriais e de difícil adoção, pelo que não se enquadram no tradicional circuito de captura, entrada em canil, esterilização e adoção.*

*Não será viável de futuro colocar estes animais no Centro de Recolha e no imediato é necessário travar o nascimento de ninhadas na rua, bem como assegurar a segurança dos munícipes e outros animais.*

*Outros municípios já o fizeram, incluindo municípios que possuem canil municipal, como é o caso de Sintra e Matosinhos. Aqui bem perto temos o exemplo de Oliveira de Azeméis, com um parque para matilhas desde 2021.*

*Aveiro possui neste momento várias matilhas na rua, veja-se o caso de Eixo, Eirol, Verba e até no centro de Aveiro.*

*Também poderíamos dar o exemplo da matilha de S. Jacinto, capturada em 2018 e cujo destino continua a ser uma incógnita ou da matilha envenenada em 2018 em Cacia.*

*Estes animais não podem continuar a depender apenas da ajuda das Associações de ajuda animal e dos voluntários, a Câmara Municipal de Aveiro tem de cumprir as suas obrigações nesta matéria.*

*Assim sendo, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, delibere recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:*

- 1. Sinalizar todas as matilhas do município e respetivos cuidadores, definindo um plano de atuação, consoante as necessidades mais urgentes;*
- 2. Construir parques para realojamento de matilhas com áreas espaçosas e adequadas, preferencialmente garantindo espaço próprio para cada matilha num terreno amplo e com vegetação, com sombras e abrigos, que permita aos animais assilvestrados manifestar o seu comportamento natural em segurança;*
- 3. Capturar as matilhas em estreita colaboração com as associações de ajuda animal do concelho e respetivos cuidadores, aproveitando a experiência de outros municípios nesta matéria;*
- 4. Esterilizar, fornecer cuidados médico-veterinários e vacinar todos os animais capturados e encaminhar para adoção responsável quando viável;*
- 5. Envolver os cuidadores das matilhas no processo, desde a captura, realojamento e posteriores cuidados aos animais. Obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Olegário Rocha (BE)<sup>089</sup>

Vogal Jorge Greno (CSD)<sup>090</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente, este problema das matilhas e do canil já tem sido aqui falado várias vezes. E dá-me a impressão que insistir nos mesmos considerandos de x em x tempo não contribuiu em nada para uma solução. É conhecido os problemas na construção do Centro de Recolha Animal que a Câmara e a Cira têm em prática. É sabido também que a questão dos veterinários municipais não tem nada a ver com a contratação da Câmara tendo mais a ver com o mercado privado, como em tantas outras funções os salários efervescidos na privada são superiores ao que os municípios podem pagar porque estão tabelados. E isso dificulta e muito o recrutamento e isso não é exclusivo desta classe profissional. E isso também terá de ser o Estado a pensar uma nova tabela sob pena de no futuro não tare serviços públicos.*

*Acrece e também já aqui manifestámos a nossa opinião. Que a Lei que foi aprovada é uma lei que tanto restringiu que leva a que seja impossível cumpri-la. Há casos de outros municípios que tem CRA e estão cheios, com animais sempre a aparecer. Não me parece que a lei atual seja solução porque nem todas as pessoas querem adotar animais. A própria Marta referiu que há animais que não têm perfil para serem adotados. Portanto manter uma Lei que depois leva a isto não me parece que seja solução. E, portanto, acho que é preciso e aí apelava ao Senhor Presidente da Câmara que junto com os colegas da ANMP pudessem tentar reverter alguns aspetos desta lei de modo a que este problema da Saude e do Bem-estar Animal não se reverta em problemas de saúde pública que para nós é mais importante que a saúde dos animais, independentemente dos esforços que estão a ser feitos a nível local e regional para resolver o assunto. Disse.*

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>091</sup>

*Brevemente. Hoje estou nesta. Aqui aplico também o mesmo raciocínio em relação às moções, mas também depois apreciando o conteúdo da recomendação. Primeiro fico sem perceber o que um cuidador de matilha! Depois tenho muitas dúvidas a fazer a alimentação a cães ou gatos animais errantes. Porque do meu ponto de vista o que tem de acontecer é o município tem realmente de fazer o controle sobre isto. A Lei que saiu, como*

*muitas das leis em Portugal, infelizmente. Saiu com um grande propósito, com a bondade da decisão, mas depois não é possível, o município não está preparado por uma questão financeira. O ideal, sei lá, ter um canil pro município ou um canil com muita dimensão, o problema é que Aveiro não tem. Dir-se-ia quando esta Câmara tomou posse há 10 anos atrás e saber o que é que foi feito daí até aqui.*

*E, portanto, o PAN pergunta várias vezes tanto no período de antes da ordem do dia e que a maioria as questões não são respondidas. E outras são para justificar o que era o Centro de Recolha e daí ser extinto. A solução só está num tema, evidentemente ninguém defende que se vão abater os cães todos e penso que nenhum grupo parlamentar terá essa perspetiva. A esterilização é o caminho.*

*Agora há sempre um momento em relação ao dinheiro público, que não é propriamente um bem farto, é um bem escasso, de fazer um contraponto entre as coisas. A mim o que me perpassa da intervenção política do PAN é o equilíbrio entre o animal e o humano, que é uma coisa que a mim me surpreende sempre. Provavelmente eu ainda não esteja num estado de evolução que permita isso, e a opinião é minha, mas fico sempre com essa dúvida. E o facto de não colocar as coisas ao mesmo nível não quer dizer que desaprove ou tenha alguma coisa contra os animais, bem pelo contrário fazem parte da nossa sociedade e enriquecem-nos muito.*

*Em relação a esta proposta em concreto, eu acho é que o tema é realmente ao contrário, que é o problema das matilhas é um problema sério e grave em que o senhor presidente poderá ter alguma responsabilidade que é, como está um bocadinho impedido por lei de tomar determinado tipo de medidas, por outro lado como ainda não conseguiu resolver o problema do canil, temos um problema e qualquer dia temos um incidente sério, mesmo aqui na cidade e acontece alguma tragédia e aí é um trinta e um. Vão-lhe bater à porta, vão-lhe bater à porta. Depois temos a limitação que o Jorge Greno dizia e bem. A contratação pública com a desvalorização da carreira, se a Câmara quiser contratar um veterinário tem de muita dificuldade porque o dinheiro que tem para oferecer não pode fazer de outra maneira. Uma solução e que outros municípios fazem, recorrem aos parceiros em outsourcing por exemplo. A Câmara tem arquitetos, tem desenhadores, no entanto resolve, faz um concurso de ideias para o projeto x ou o projeto y. Aqui é igual. O dinheiro que há para contratar veterinários não é convincente em relação a esta matéria, contrate-se então clínicas privadas, com o preço que for, para resolver o problema.*

*Mas voltando aqui à questão da Moção que é apresentada, tendo presente que foi bem colocada no sentido do PS em relação à forma como pretende, mas não aprovando na totalidade as suas conclusões, a bancada do PS vai-se abster nesta votação. ”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>092</sup>

*“Senhor Presidente a bancada do PSD depois de analisar e ponderar esta proposta votará contra. ”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>093</sup>

*“Só para deixar duas ou três notas. A primeira é que de novo estamos sem médico veterinário. Mas há um problema ainda mais grave que é a Direção Geral de Alimentação e Veterania está sem médico veterinário. Há um desespero nacional, que também afeta a nossa região, pela capacidade em termos de quantidade e de recursos humanos disponíveis. Para fazer algo que é muito importante que é a inspeção sanitária de carnes. E não só carnes, também de bens alimentares para que haja controlo pelos médicos veterinários.*

*É um problema muito complexo. A Direção Geral anda desesperada para assinar protocolos com os municípios para que os veterinários dos municípios façam algumas horas em inspeção sanitária. Nomeadamente nos matadouros que é onde a situação é mais grave. Obviamente temos todo gosto em cooperar, não temos é recursos para partilhar. Portanto é um problema mesmo muito sério.*

*Ainda hoje o vereador reuniu com uma candidata na possibilidade de vir trabalhar para a Câmara, vamos ver. Temos aberta o programa de mobilidades, enfim, é um problema muito grave e é o problema do país.*

*Não há muitos veterinários e alguns não querem trabalhar em certas áreas. Não querem trabalhar em inspeção sanitária e não querem trabalhar nas Câmaras.*

*Por outro lado, eu tenho feito uma pressão brutal sobre a nossa Diretora Regional e sobre o presidente do ICNF, questionando o que é que os veterinários do ICNF estão lá a fazer? A nossa veterinária como se lembram foi para o ICNF. O que é que fazem os veterinários no ICNF? Olhem, era importantíssimo que o PAN ajudasse. Eu acho que são dois por Região, por NUTII. O que é que o ICNF está a fazer? Levou-nos os recursos e faz o quê? De quantas matilhas cuida? E, portanto, não podemos continuar com estes exercícios porque a legislação está desadequada. Não vale a pena. Não venham que querem matar animais, não é nada disso. A legislação que temos não é realista. Mais o tal trabalho de campanhas de sensibilização nas escolas para que as pessoas não abandonem os animais. Apertar a fiscalização para que todos os animais a partir do dia que nascem sejam chipados e identificados para que sempre que são apanhados na rua ou abandonados, alguém seja responsável e que isso tenha um efeito dissuasor sobre o abandono.*

*E então o que é que se quer fazer! Tratar legalmente uma coisa que é ilegal que são as matilhas. Nós temos é de trabalhar para que não haja matilhas e termos condições para as apanhar. Porque não é fácil. É uma das coisas que é preciso mudar na lei. É preciso voltar a ter certos instrumentos para apanhar os animais porque aqueles que temos hoje como possibilidade torna-se para muitos dos animais impossível serem apanhados pelo ser humano. Portanto vamos lá tratar das coisas com rigor. Agora como nós não conseguimos apanhar os cães das matilhas, vamos não sei exatamente como, para a pôr num parque. Como é que se apanha um cão que se tornou bravo, que anda à solta há dias, há semanas, há meses. E depois como é que se alimenta. Chega-se lá e atiram-se uns ossos pela vedação! Quer dizer isto é tudo um disparate.*

*Vamos no quadro legal que o país, como é evidente, procurar fazer o melhor. Mas dar nota que o numero de incidências de casos que temos tido tem vindo a baixar substancialmente. Vejam que a Marta Dutra esteve a falar da matilha de 2018! Vejam lá onde ela já foi. Devem ter emigrado. Como há esta coisa de emigrar muito, há fluxos de exportação de animais como sabeis designadamente para a Holanda. Fluxos legais de exportações de cães para a Holanda. São altamente importadores. Vejam que a Marta teve de ir a uma matilha de 2018. Porquê? Porque hoje de facto encontrar matilhas no nosso município é um episódio raro. É um episódio raro. Repeti. E eu sempre ao dispor para pegarmos numa viatura e ir apanhar os cães. É isso mesmo, vamos lá. Vir no discurso de 2023 falar de matilhas de 2018 vê-se logo o que isto quer dizer.*

*A ultima nota. Em relação ao projeto do canil dar conta à assembleia municipal que abandonamos a ideia de construir, onde se começou a construir o canil. E porque é que abandonámos? Porque feita a prospeção geológica temos um problema naquele terreno um problema igualzinho ao do Eco-centro. Com uma nota. A quantidade de resíduos que iríamos tirar era bastante maior que do que tirámos. E, portanto, nem sei ao certo quantos milhões é que iríamos gastar para resolver isso.*

*Portanto não há solução. Vamos proceder à demolição daqueles restos e fazer um arranjo verde e acabou. Aquele terreno fica assim porque por baixo está lixo. Como sabem os*

*aterros antigamente eram feitos em bolsas de resíduos e acabou, ali não se pode edificar. Já escolhemos o terreno. Não vou dar nota hoje onde é porque estão a fazer o estudo geológico, mas é muito próximo deste. É um terreno da Câmara é municipal. Foi desmatado a semana passada porque estava lá um matagal. Ele é muito alimentado porque passa nele uma farta vala hidráulica mais ou menos a meio do terreno. Já temos estudo prévio, manchas de ocupação, isso está pronto. Agora para passar a projeto de execução é necessário fazer o que se está agora a fazer. Levantamento topográfico e estudo geotécnico. Esperemos que tudo corra bem porque o local está muito bem. Não vai incomodar ninguém porque está em ambiente industrial e esperemos que tudo corra bem. Temos um novo projetista duma empresa com competência e com qualidade e esperemos nas próximas semanas ter esse trabalho terminado para ter a resposta definitiva para poder fazer essa construção. Portanto dar esta nota. Muito obrigado.”*

Vogal Marta Dutra (PAN)<sup>094</sup>

*“Tentando responder aos comentários aqui deixados, ao colega do Bloco dizer que Canil Municipal, nem sequer deveria ter nunca essa designação. Porque quem o conheceu sabe bem que não merecia a designação de tão terrível que era. Foi fechado e justamente, pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária. Na verdade, não foi fechado, foi solicitado à Câmara Municipal de Aveiro, na presidência anterior, que fizesse obras necessárias ou então que seria fechado.*

*As obras nunca foram feitas, o Senhor Presidente Ribau chegou e tomou essa decisão. Creio que terá sido assim. Mas aquele espaço foi fechado porque não tinha condições mínimas de funcionamento.*

*Sobre a intervenção do Jorge Greno os requisitos da lei nós achamos que são passíveis de cumprimento. São passíveis de cumprimento desde que as Câmaras municipais se importem em cumprir a lei. Passados vários anos da sua obrigatoriedade o município de Aveiro continua também sem cumprir os requisitos mínimos. Há outros países que já o fazem e com sucesso. E começaram precisamente pelo que a lei estipula. Pela recolha e esterilização dos animais.*

*Pedro Pires da Rosa os cuidadores de matilhas são as pessoas que que alimentam estes animais que se substituem à Câmara. Porque se não as matilhas andariam no centro de Aveiro, atacariam mais animais do que tem acontecido. Quem recolhe as ninhadas, muitas ninhadas são retiradas destas matilhas, que as encaminham para adoção e quem tem esterilizado todos os animais que conseguem apanhar com os meios que possuem.*

*Portanto os cuidadores conseguem apanhar os cães a Câmara Municipal não consegue. O equilíbrio entre animal e humano não nos revemos e discordamos dessa leitura. Não creio que isso perpassa das nossas intervenções.*

*Ao Senhor Presidente como se apanha um cão que se tornou bravo e como se alimenta, e depois dos floreados que faz para retirar importância ao que foi aqui apresentado, outros municípios já o fazem. Basta visitar um parque para matilhas e ver como é que funciona. Basta aprender com os outros que já tiveram sucesso e fazê-lo e ver como é que está a funcionar. A maioria destas matilhas têm cuidadores e têm quem consiga chegar a estes animais. Há poucos anos em Eixo, numa anterior presidência, foi capturada uma matilha. Ainda hoje temos associações de ajuda animal no município de Aveiro que tem animais dessa matilha. E foi o anterior executivo da freguesia de Eixo que se preocupou em mandar esterilizar esses animais.*

*Temos aqui hoje a Presidente da Junta de Eixo, nós temos lá uma grande matilha, portanto se quiser pronunciar-se será bem-vindo. Mas temos matilha em Verba, temos matilha no centro de Aveiro, só não vê quem não tem os olhos abertos ou não se importa em saber.*

*Não podemos dizer ter ficado admirados com a rejeição desta proposta porque a Assembleia tem rejeitado todas as propostas do PAN nesta matéria. Ainda recentemente apresentámos uma proposta para a constituição de um grupo de trabalho, porque pensamos que é premente, e hoje fica mais uma vez comprovado essa necessidade porque a Câmara não está a cumprir os mínimos exigidos pela lei nessa matéria.*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>095</sup> o Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PAN- Pela construção de parques de realojamento de matilhas, sendo a proposta rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS5+CH1), sete abstenções (PS6+PCP1), e quatro votos a favor (PAN2+BE2).**

Não houve declarações de voto.

**Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,<sup>096</sup> cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada e concluída a sessão ordinária de Fevereiro de 2023.**

**Eram 00:15 horas do dia 11 de Fevereiro de 2023.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:45)